



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

ALIMENTAR
E
NUTRICIONAL

ANDIRÁ - PARANÁ

2015 - 2018

JOSÉ RONALDO XAVIER

Prefeito Municipal

SAULO RODRIGO RAMOS DOS SANTOS

Vice - Prefeito

**CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL – CAISAN**

Presidente da CAISAN: Ana Lúcia dos Santos Xavier

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente –
Renato Cezar Martins

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Sirlei Maria de
Freitas Aguiar

Representante da Secretaria Municipal de Saúde – Diego Domingues de Oliveira

Secretária Executiva: Francieli Munhão Martins

**COMISSÃO TÉCNICA DA CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL –
CAISAN DE ANDIRÁ/PARANÁ,
RESPONSÁVEL EM ELABORAR E ARTICULAR O PLANO MUNICIPAL**

Daniel José Hoffmann – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Manoel Antônio de Carvalho – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio
Ambiente

Vânia Cristina Zenerato Martucci – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Vânia Kono – Secretaria Municipal de Ação Social

Verônica Rodrigues Ferreira – Secretaria Municipal de Saúde

**MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA
MANDATO 2014 A 2016**

Presidente do CONSEA/Representante do PROVOPAR – Nathalia Romano dos Santos

Vice – Presidente do CONSEA/Representante da ASPROFIZ – Aparecido Luciano Ribeiro

I – Representantes do Poder Público

Secretaria Municipal de Ação Social

Titular: Glaucia Aparecida da Silva Prezoto

Suplente: Vânia Kono

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Manoel Antonio de Carvalho

Suplente: Valdinéia Aparecida Bonacin

II – Representante da Sociedade Civil

Titular: Nathalia Romano dos Santos – Representante da PROVOPAR

Suplente: Daniel Luiz dos Santos Martins

Pastoral da Ação Social São Vicente de Paula

Titular: Mitico Watanabe

Suplente: Catarina Valentin

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Titular: Claudia Cristiani Barbosa Gross

Suplente: Renata Rivolli Pereira Dias

Associação dos Produtores Rurais do Recanto Feliz – ASPROFIZ

Titular: Aparecido Luciano Ribeiro

Suplente: José Roberto Bello

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Presidente: Vânia Cristina Zenerato Martucci

Vice-Presidente: Claudia Cristiani Barbosa Gross

I – Representante do Poder Executivo

Titular: Mirian dos Santos e Silva Brunca

Suplente: Silvana Simoni Rossigalle Gonzaga

II – Representantes dos Docentes

Titular: Nívea Maria Lopes do Nascimento

Suplente: Patrícia Batista Rosário Sirqueira

Titular: Aparecida de Fátima Martucci Queiroz

Suplente: Maria Aparecida Cordeiro dos Santos

III – Representantes de Pais de Alunos

Titular: Vânia Cristina Zenerato Martucci

Suplente: Renata Rivolli Pereira Dias

Titular: Claudia Cristiani Barbosa Gross

Suplente: Valquiria Lopes das Dores

IV – Representantes das Entidades Civas Organizadas

Titular: Manoel Antônio Carvalho

Suplente: Osvaldo Lopes

Titular: Rodrigo Teodoro da Silva

Suplente: Lucas Mateus Dalossi

ELABORAÇÃO – COMISSÃO TÉCNICA DA CAISAN:

Vânia Kono – Nutricionista e Vânia Cristina Zenerato Martucci – Coordenadora
Pedagógica da Formação Continuada e EJA

COLABORADORES:

Adevaldo Cunha – Engenheiro Agrônomo

Alex Jussiani dos Santos – Diretor de Água e Esgoto

Claysse Danielli Morimoto – Coordenadora do CRAS

Cleber Antônio Pavanelli – Engenheiro Agrônomo

Daniel Luiz dos Santos Martins – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Francieli Munhão Martins – Assistente Social e Secretaria Executiva dos Conselhos

Glaucia Aparecida da Silva Prezoto – Gestora do Programa Bolsa Família

Glaysse Aparecida Picolo Coimbra Botega – Diretora do Departamento de Gestão SUAS e Vigilância Social

Renata Alves Consentino – Nutricionista da Secretaria Municipal da Saúde

Silvane Marcela Mazur – Coordenadora do Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos – SISPAA

Valéria Aranha Meneghel – Coordenadora do CREAS

PROJETO GRÁFICO

Ricardo Moreira Tristão

REVISÃO

Sirlei Maria de Freitas Aguiar – Secretária Municipal de Educação e Cultura

Sumário

1 APRESENTAÇÃO	7
2 INTRODUÇÃO	8
3 O MUNICÍPIO	10
4 FINANÇAS PÚBLICAS	22
5 ASSISTÊNCIA SOCIAL	26
6 CURSOS DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA	28
7 COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES	29
8 - SUPORTES DO MUNICÍPIO	29
9 SAÚDE	30
10 EDUCAÇÃO BRASIL CARINHOSO - CRECHES	33
11 INCLUSÃO PRODUTIVA	39
12 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	40
13 EDUCAÇÃO	47
13 AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESENVOLVIDAS EM ANDIRÁ	54
14 PROPOSTAS DA CONFERÊNCIA	79
15 PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE SAN PROPOSTAS DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ	83
GLOSSÁRIO	94
ANEXOS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	116

1 APRESENTAÇÃO

É com satisfação que colocamos à disposição da sociedade Andiraense, um texto de apoio para a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para o Município. Esperamos que as propostas aqui organizadas sejam em breve colocadas em prática. Este documento é resultado de um trabalho de parceria e diálogo entre o governo e sociedade civil do Município de Andirá, na conferência Municipal, Estadual e Nacional de SANS, da participação nos seminários da Rede SANS, além de diversos momentos de estudo, aprofundamento e discussão conjunta. Sistematizado por uma equipe multidisciplinar, composta pelos membros do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, e da rede SANS, este documento deve servir de orientação para que o governo municipal e as instituições da sociedade civil organizem suas ações voltadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada, embasados pelas políticas de segurança alimentar e nutricional vigente.

Neste documento, foram priorizados eixos temáticos e programas da segurança alimentar e nutricional no âmbito do Município de Andirá. Um monitoramento eficaz garantirá viabilidade aos programas e melhor eficácia na sua execução e fortalecerá as ações garantidoras da alimentação adequada para a população Andiraense. Esperamos que o governo municipal e a sociedade aprofundem a experiência da parceria, do diálogo, buscando novos canais e instrumentos de colaboração crítica e de coordenação política na imprescindível tarefa de construir uma sociedade mais justa e solidária.

Atenciosamente

Comissão Organizadora

2 INTRODUÇÃO

Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (**SAN**): A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares saudáveis que respeitem a diversidade cultural e que sejam: ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Lei nº. 11.346/2006).

O **SISAN** tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. Integram o **SISAN**: a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — instância responsável pela indicação ao **CONSEA** das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do **SISAN** (que reúne representantes da sociedade civil e do governo em âmbito federal, estadual e municipal); o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - **CONSEA** - órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, que articula governo e sociedade civil organizada; e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – **CAISAN**, instância de mobilização e alinhamento de órgãos governamentais federais para a convergência, transversalidade e monitoramento das políticas em Segurança Alimentar e Nutricional e também as políticas afetas ao tema, que tem por sua vez uma Secretaria - Executiva que organiza, articula e facilita a operacionalização de suas ações. Órgãos e entidades de SAN da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

O Município de Andirá possui a **LEI MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** (ou Lei Orgânica de SAN - LOSAN), com número 2.540, promulgada em 13 de agosto de 2014. As ações de Segurança Alimentar e Nutricional são coordenadas pelo: Gabinete do Prefeito e Secretaria de Assistência Social. Ainda possui a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional criada em 01 de dezembro de 2014, representadas pelas áreas do governo: Agricultura e Agropecuária, Saúde, Educação e Assistência Social.

A **CAISAN** Municipal criada em 1º de dezembro de 2014, está vinculada administrativamente à Secretaria de Assistência Social. As ações desenvolvidas pela **CAISAN**: Coordena a política de Segurança Alimentar e Nutricional do Município e o Plano Municipal de SAN e acompanha e responde ao Conselho Municipal de **SAN**.

O Município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – **CONSEA**, na qual, a proporção entre número de membros da sociedade civil é de 2/3 (dois terços) e 1/3 (um terço) para os membros do governo.

Os representantes no **CONSEA Governamental**:

- a) da Secretaria Municipal de Ação Social;
- b) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Os representantes da **Sociedade Civil**:

- a) Programa de Voluntariado do Paraná – PROVOPAR – AÇÃO SOCIAL – Unidade de Andirá – PR;
- b) Pastoral da Ação Social São Vicente de Paula;
- c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- d) Associação dos Produtores Rurais do Recanto Feliz – ASPROFIZ.

Desta forma, a Câmara de Segurança Alimentar e Nutricional, é composta de forma Intersetorial articulando entre várias áreas governamentais, não governamentais e sociedade civil.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi inserido no Município tendo em contrapartida as propostas com objetivos e metas a serem alcançadas para a melhoria da qualidade do sistema político sócio-econômico e na implantação, estruturação da base agroecológica em toda a rede municipal. Os programas do governo municipais englobam também todos os setores públicos visando assegurar principalmente o direito humano a alimentação adequada em qualidade e quantidade suficientes conforme preconiza o Programa de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.



3 O MUNICÍPIO

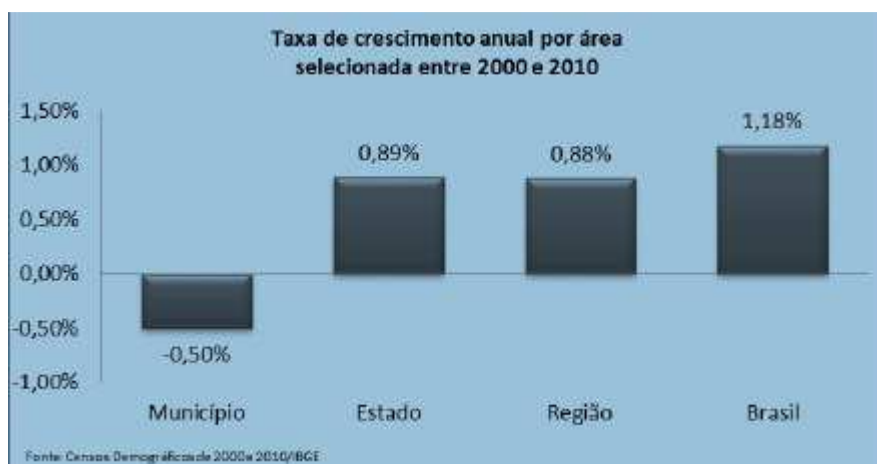
ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

DEMOGRAFIA

A população do Município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,50% ao ano, passando de 21.662 para 20.610 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,89% ao ano, e inferior a cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 91,96% e em 2010 passou a representar 93,89% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no Município. Entre 2000 e 2010 verificou-se a ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,2% em média. Em 2000, este grupo representava 10,1% da população, já em 2010 detinha 14,6% do total da população municipal.



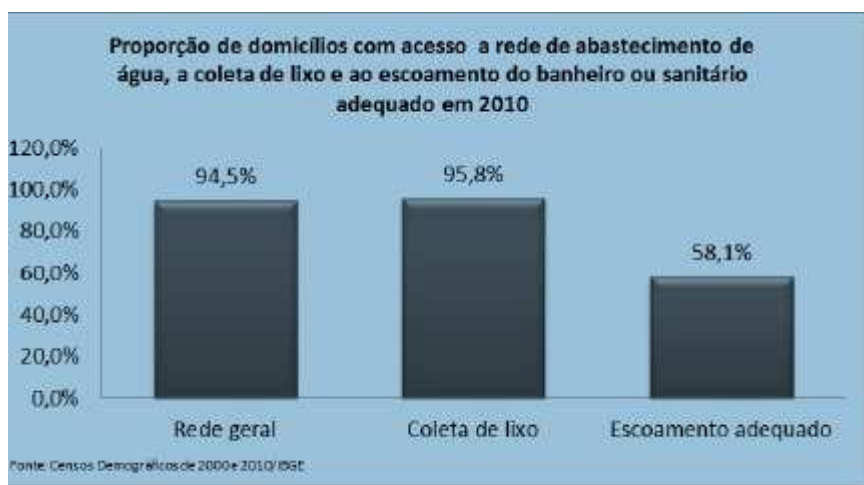
O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-3,2% ao ano). Crianças e jovens detinham 27,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 5.913 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 20,7% da população, totalizando 4.271 habitantes.



A população residente no Município na faixa etária de 15 a 59 anos, exibiu de crescimento populacional (em média -0,16% ao ano), passando de 13.552 habitantes em 2000 para 13.332 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,7% da população do Município.

PERFIL SOCIAL

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 95,8% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 94,5% dos domicílios particulares permanentes e 58,1% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.



Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 3,6% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (6,4% da população na extrema pobreza na área rural contra 3,5% na área urbana).



Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 9,4%. Na área urbana, a taxa era de 9,5% e na zona rural era de 7,7%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 2,1%.

ASPECTOS ECONÔMICOS

PRODUÇÃO

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Município cresceu 71,7%, passando de R\$ 199,9 milhões para R\$ 343,3 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 50,0%. A participação do PIB do Município na composição do PIB estadual aumentou de 0,16% para 0,18% no período de 2005 a 2009.



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 62,1% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 23,1% em 2009 contra 29,2% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 29,2% em 2005 para 24,7% em 2009.

Município de Andirá. Levantamento realizado em 2015.

01 - Identificação

Região: Cornélio Procópio
Município: Andirá
Técnico Responsável: Fernando Teixeira de Oliveira
Ano Agrícola: 2014/2015

02 - Ocupação do Solo

Item	Área (ha)
Lavouras Anuais	12.110,00
Lavouras Permanentes	4.954,00
Matas Naturais (Outras)	395,00
Outras Áreas	3.962,00
Pastagens Cultivadas	660,00
Pastagens Naturais	617,00
TOTAL	22.698,00

03 - Categorias de Público

Categoria	Número
Agricultor Familiar (Lei Federal)	427
Agricultor Patronal	189
Trabalhador Rural	1.518
TOTAL	2.134

04 - Lavouras (Comercial)

Descrição	Produtores	Área (ha)	Formação	Produtividade	Unidade	Observação
Alfafa (Matéria Seca)	5	35,00	0,00	11.500	kg/ha	
Arroz irrigado	8	30,00	0,00	4.400	kg/ha	
Aveia (Grãos)	1	6,00	0,00	1.100	kg/ha	
Cana-de-açúcar	44	3.977,00	0,00	95.000	kg/ha	
Feijão das águas	12	40,00	0,00	920	kg/ha	
Milho safra normal	3	70,00	0,00	5.460	kg/ha	
Milho safrinha	495	9.077,00	0,00	5.600	kg/ha	
Soja	502	12.040,00	0,00	2.700	kg/ha	
Trigo	10	2.520,00	0,00	2.058	kg/ha	

05 - Erva-Mate

Sistema de Produção	Produtores	Área (ha)	Produtividade	Freq. Podas	Sombra(%)	Observação
---------------------	------------	-----------	---------------	-------------	-----------	------------

06 - Fruticultura Comercial

Descrição	Produtores	Área (ha)	Formação	Produtividade	Unidade	Observação
Abacate	1	5,60	5,60	10.000	kg/ha	
Banana	100	875,00	15,00	21.000	kg/ha	estagem
Laranja	6	45,00	45,00	45.000	kg/ha	
Lichia	2	4,50	1,00	300	kg/ha	
Limão	1	47,16	0,00	14.000	kg/ha	
Maracujá	4	1,40	0,00	25.000	kg/ha	

07 - Olericultura (Comercial)

Descrição	Produtores	Área (ha)	Produtividade	Unidade	Observação
Abobrinha	10	2,00	18.000	kg/ha	
Aipim de mesa	13	6,00	21.000	kg/ha	
Alface	25	2,00	23.000	kg/ha	
Pepino	5	1,00	120.000	kg/ha	
Pimentão	6	1,10	112.000	kg/ha	
Repolho	2	0,50	80.000	kg/ha	

**Município de Andirá. Levantamento realizado em 2015.**

07 - Olericultura (Comercial)- continuação

Descrição	Produtores	Área (ha)	Produtividade	Unidade	Observação
Tomate	9	1,50	128.000	kg/ha	

08 - Atividade Florestal

Descrição	Produtores	Área (ha)	Formação	Produtividade	Unidade	Observação
-----------	------------	-----------	----------	---------------	---------	------------

09 - Criações (Comercial)

Espécie	Produtores	Rebanho	Unidade
Avicultura caseira	6	16.800	Cabeças
Avicultura de corte	5	1.620.000	Cabeças
Avicultura de postura	7	700	Cabeças
Bovinocultura - Bovinos de Corte	3	235	Cabeças
Bovinocultura - Bovinos de Leite	12	290	Cabeças
Bovinocultura - Bovinos Mestiços	40	423	Cabeças
Ovinocultura	6	330	Cabeças
Piscicultura	36	154	Área de tanques (ha)
Suínocultura	2	2.000	Cabeças

10 - Produção de Leite (Produção Comercial)

Exploração	Produtores	Rebanho	Produção (mil litros de leite por ano)
Animais cruzados para leite	12	290	375

11.1 - Suínocultura Comercial - Dimensionamento da atividade

Discriminação	Produtores	Rebanho
Criação de 6 a 15 matrizes	1	9
Criação de 61 a 100 matrizes	2	800

11.2 - Suínocultura Comercial - Vinculação ao mercado

Discriminação	Produtores	Matrizes
Produtores Independentes - Ciclo Completo	3	209

12 - Avicultura Comercial

Discriminação	Produtores	Aves alojadas	Produção vendida	Unidade
Aves Caipiras	7	100	9	mil aves
Aves de corte	5	110.000	1.620	mil cabeças
Aves de postura	7	700	176.400	mil ovos

Município de Andará. Levantamento realizado em 2015.

13 - Infraestrutura de Abate e transformação

Origem dos Produtos	Abatedouros	Cap.Abate	Unidade	Estab. Transf.	Capac. Proces.	Unidade
Bovinos	1	45	Cabeças/Semana	0	0	kg/Semana
Suínos	1	50	Cabeças/Semana	0	0	kg/Semana

14 - Piscicultura Comercial

Abrangência da Atividade	Produtores	Área Tanques	Unidade	Vol. Produz.	Unidade	Vol. Comerc.	Unidade
Produção de Carpas	3	3,00	hectares	22	toneladas	22	toneladas
Produção de Espécies Nativas	21	98,00	hectares	686	toneladas	686	toneladas
Produção de Tilápias	7	23,00	hectares	230	toneladas	230	toneladas
Produtores de alevinos	3	5,00	hectares	2.300	mil alevinos	1.000	mil alevinos
Tanques de terra-viveiros	36	1.540.000,00	metros quadrados	938	toneladas	938	toneladas
Tanques-rede	3	2.280,00	metros cúbicos	350	toneladas	350	toneladas

15.1 - Unidades Artesanais (Comercial)

Produtos	Unidades Artesanais	Capacidade	Unidade	Produção Física	Unidade
Queijo	3	15	Quilogramas por dia	3.600	Quilogramas por ano

15.2 - Agroindústrias - Pessoas Jurídicas

Produtos	Agroindústrias	Capacidade	Unidade	Produção Física	Unidade
Arroz descascado	1	2.500	Quilogramas por dia	400	Toneladas por ano
Fubá	1	4.000	Quilogramas por dia	1.250	Toneladas por ano
Leite pasteurizado	1	1.600	Litros por dia	584	Mil litros por ano

16.1 - Plantio Direto - Tração Mecânica

Lavouras	Produtores	Área Plantada (ha)
Milho safra normal	3	70,00
Trigo	10	2.520,00
Feijão das águas	12	40,00
Milho safrinha	495	9.077,00
Soja	502	12.040,00

16.2 - Plantio Direto - Tração Animal

Lavouras	Produtores	Área Plantada (ha)
----------	------------	--------------------

17 - Adubação Verde

Cultura	Produtores	Área Cultivada (ha)
Aveia preta	2	6,00

**Município de Andará. Levantamento realizado em 2015.**

19 - Maquinário Agrícola

Tipo	Quantidade
Colhedeira ou picadeira de forragem	9
Colheitadeira	175
Conjunto de fenação	1
Distribuidor de esterco	2
Microtrator	7
Plantadeira de plantio direto - tração motora	242
Trator de esteira	2
Trator de pneu	330
Trilhadeira	8

20 - Irrigação e Drenagem

Indicadores	Produtores	Área (ha)
Irrigação localizada	8	30,00
Irrigação por aspersão	4	35,00
Irrigação por inundação	10	38,00

22 - Meio Ambiente

Item	Quantidade	Unidade
Abastecedouros comunitários	7,00	Unidades
Área agrícola conservada (total)	6.400,00	Hectares
Postos de coleta de embalagens vazias de agrotóxicos	1,00	Unidades
Quantidade de embalagens de agrotóxicos vazias coletadas	19,50	Toneladas

23.1 - Organização Rural - Organizações de Representação

Categoria	Número de Organizações	Número de Integrantes
Sindicato de Trabalhadores Rurais (FETAEP)	1	420
Sindicato Patronal Rural (FAEP)	1	98

23.2 - Organização Rural - Organizações Sócio Econômicas

Categoria	Número de Organizações	Número de Integrantes
Associação com Interesses Econômicos	3	94
Conselho de Desenvolvimento Municipal	1	18
Conselho de Sanidade Agropecuária	1	12
Cooperativa de Crédito - SICCOB	1	54
Cooperativa de Crédito - SICREDI	1	292
Cooperativa não Vinculada	1	27
Cooperativa Vinculada à OCEPAR	1	320



Município de Andará. Levantamento realizado em 2015.

23.3 - Organização Rural - Organizações Prestadores de Serviços

Categoria	Número de Organizações	Número de Integrantes
Empresa de Planejamento	4	5
Entidades de ATER (Incluir Emater)	1	2
Entidades de Prestação de Serviços Especializados	1	1
Secretaria/Departamento Municipal de Agricultura	1	3
Secretaria/Departamento Municipal de Meio Ambiente	1	1



Município de Andará. Levantamento realizado em 2015.

COMPLEMENTO DO PERFIL DA REALIDADE AGRÍCOLA MUNICIPAL

Região: Cornélio Procópio	
Município: Andará	
Técnico Responsável: Fernando Teixeira de Oliveira	Ano Agrícola: 2014/2015

01 - Pescadores

Categoria	Pescadores	Observação
Água Doce	5	

02 - Produção da Pesca (Comercial)

Espécie	Produção	Unidade	Observação
Peixes de Água Doce	7	Tonelada	

03 - Comercialização de Peixes

Destino da Produção	Comercializado (%)
Venda Direta ao Consumidor	100

04 - Maricultura (Comercial)

Espécie	Dimensão	Unidade	Produção	Unidade	Observação
---------	----------	---------	----------	---------	------------

05 - Atividade Apícola (Comercial)

Atividade Apícola	Produtores	Nº de colméias	Produção	Unidade
-------------------	------------	----------------	----------	---------

06 - Beneficiamento e Produtos

Produto Apícola	Beneficiadores	Capacidade	Unidade	Beneficiado	Unidade	Comercializado	Unidade
-----------------	----------------	------------	---------	-------------	---------	----------------	---------

07 - Lavouras Orgânicas (Comercial)

Descrição	Produtores	Área c/produção(ha)	Área s/produção(ha)	Rendimento	Unidade	Prod. Certificada (%)
-----------	------------	---------------------	---------------------	------------	---------	-----------------------

08 - Fruticultura Orgânica (Comercial)

Descrição	Produtores	Área c/produção(ha)	Área s/produção(ha)	Rendimento	Unidade	Prod. Certificada (%)
-----------	------------	---------------------	---------------------	------------	---------	-----------------------

09 - Olericultura Orgânica (Comercial)

Descrição	Produtores	Área cultivada(ha)	Rendimento	Unidade	Prod. Certificada (%)
-----------	------------	--------------------	------------	---------	-----------------------

10 - Criações Orgânicas (Comercial)

Criação	Produtores	Rebanho	Unidade	Produção anual	Unidade	Prod. Certificada (%)
---------	------------	---------	---------	----------------	---------	-----------------------



Município de Andirá. Levantamento realizado em 2015.

11 - Cultivo em Ambiente Protegido

Proteção	Produtores	Área (ha)	Safras por ano	Produção anual	Unidade	Valor (R\$)	Espécies predominantes
Estufas	13	4,10	2	897.000	kg	974.990,00	tomate, pepino e pimentão

12.1 - Turismo - Turismo Rural

Atividade	Nº Total de propriedades	Propriedades Agricultura familiar
Espaço para Eventos	1	1

12.2 - Turismo - Turismo de Eventos

Atividade	Total de Eventos
-----------	------------------

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A receita orçamentária do Município passou de R\$ 16,1 milhões em 2005 para R\$ 22,9 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 42,1% no período ou 9,19% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do Município, em relação à receita orçamentária total, passou de 16,13% em 2005 para 14,70% em 2009, e quando se analisa todos os Municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 28,79% para 30,46%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no Município, passando de 38,31% da receita orçamentária em 2005 para 38,86% em 2009. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os Municípios do Estado, que ficou em 20,29% em 2009.



As despesas com educação, previdência social, saúde, administração e urbanismo foram responsáveis por 82,34% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,14% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os Municípios do estado, de 4,60%.

O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77,00 (setenta e sete reais) por pessoa.

Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superam o patamar da extrema pobreza. Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda.

O Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 (cem) ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 (vinte e dois) ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), coordenam o “Brasil Sem Miséria”. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano, mas, para que o “Brasil Sem Miséria” funcione da maneira mais adequada possível, é fundamental que haja forte envolvimento dos Municípios. Um dos motivos para a centralidade dos Municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o “Brasil Sem Miséria”. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no Cadastro é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

O CADASTRO ÚNICO E O PÚBLICO ALVO DO PLANO NO MUNICÍPIO

No acompanhamento do Plano “Brasil Sem Miséria”, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único.

Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde mora, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios. De acordo com os registros de outubro de 2015, do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de novembro de 2015 do Programa Bolsa Família, o Município tem:

- 2.538 famílias registradas no Cadastro Único;
- 861 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (13,83% da população do Município).

COBERTURA CADASTRAL E BUSCA ATIVA

Para avaliar as necessidades da gestão do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com estimativas municipais da quantidade de famílias que devem ser incluídas no Cadastro famílias do Município com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. De junho de 2011 a setembro de 2015, o Município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 127 (cento e vinte e sete) famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam a miséria.

O Município apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias que fazem parte do público-alvo, é necessário realizar ações de busca ativa para incluir 33 (trinta e três) famílias. Esse esforço deve ser acompanhado de ações para melhorar a qualidade das informações registradas no Cadastro.

GARANTIA DE RENDA PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em novembro de 2015, o Município tinha 861 (oitocentos e sessenta e uma) famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 81,61% do total estimado de famílias do Município com perfil de renda do programa (cobertura de 81,61%).

Foram transferidos R\$ 140.650,00 (cento e quarenta mil e seiscentos e cinquenta reais) às famílias beneficiárias do Programa em novembro de 2015.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a novembro de 2015, houve diminuição de 17,05 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Programa Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO

O Programa Bolsa Família é um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 154,00

(cento e cinquenta e quatro reais) mensais, que associa à transferência de renda e acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social. No Município de Andirá no ano de 2015 foram pagos 1.001 (um mil e um) benefícios e no ano de 2016 estão sendo pagos 976 (novecentos e setenta e seis) benefícios.

ACOMPANHAMENTO DE CONDICIONALIDADES

Ao entrar no Programa Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem freqüentar a escola, as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional, e as gestantes devem fazer o pré-natal.

No Município 85,50 % das crianças e jovens de 06 a 17 anos do Programa Bolsa Família têm acompanhamento de freqüência escolar. A média nacional é de 86,70%. O Município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de educação se articulem para melhorar esse percentual, ou seja, para aumentar o número de famílias cujos filhos têm freqüência escolar verificada.

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 71,83% das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 07 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,90 %. O Município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de saúde se articulem para aumentar o número de famílias com acompanhamento pela rede de saúde.

BENEFÍCIOS VARIÁVEIS GESTANTES E NUTRIZES

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Programa Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em novembro de 2015, 21 (vinte e uma) famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 34 (trinta e quatro) famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no Município.

5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, focado no público mais vulnerável do país, foi necessário que o Plano tivesse como referência uma rede com as mesmas características – a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O sucesso do Brasil Sem Miséria demanda o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre a secretaria municipal de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza.

O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos Municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

Em setembro de 2015 o Município tinha em seu território:

- 01 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciado pelo MDS;

- 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) cofinanciado pelo MDS.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) – DOAÇÃO SIMULTÂNEA

Este programa de aquisição de alimentos tem a parceria do Município com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), apoio do Governo do Estado do Paraná por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB). Quanto aos valores liberados em 2014 foram de R\$189.520,04 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e vinte reais e quatro centavos) e em 2016 R\$93.050,10 (noventa e três mil cinqüenta reais e dez centavos). São 47 (quarenta e sete) produtores fornecendo produtos como: abóbora seca, abobrinha verde, aipim/mandioca de mesa, alface, arroz beneficiado T2, banana caturra, batata doce, cenoura, cebolinha verde, chuchu, couve manteiga, escarola/chicória, feijão cores T1 e T2 (empacotado), laranja pêra, maracujá, milho verde sem palha, ovos, pepino, pimentão, quiabo, repolho, salsa e tomate. A

principal dificuldade deste programa são os valores muito abaixo da demanda e dificuldades na operacionalização do sistema MDS tendo que o Município financiar o resto dos recursos para não prejudicar a qualidade e entrega dos produtos alimentícios e recursos humanos para trabalhar com o sistema.

AS AÇÕES DO CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O projeto do CREAS que vem caminhando desde 2014 até o momento com previsão de que ele aconteça ainda no segundo semestre de 2016 é o de trabalhar com os adolescentes da medida socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), em grupos, com a previsão de atividades e oficinas a esse público, objetivando romper com a prática do ato infracional, bem como inseri-los novamente na sociedade para a reconstrução de projetos de vida para eles e suas famílias com um novo enfoque.

O atendimento aos adolescentes e suas famílias no âmbito do CREAS, acontecem desde 2011, porém na execução da PSC, o CREAS tem enviado ao Viveiro Municipal lanches para que os adolescentes não precisem retornar até as suas residências para se alimentarem, tendo naquele espaço a oportunidade de em um só dia cumprir as suas horas de prestação de serviços à comunidade a semana toda, devido também ao deslocamento deste adolescente de sua residência até o local de sua prestação de serviços. Pretende-se futuramente ampliar o espaço de atendimento deste público no CREAS onde haverá a necessidade de um cardápio semanal, voltado para um grupo de 15 a 20 adolescentes entre 12 à 17 anos.

DIAGNÓSTICO DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, que podem ser utilizados para diversas políticas e programas sociais voltados a essas famílias, o Cadastro Único no Município de Andirá conta com 2.675 (dois mil seiscentos e setenta e cinco) famílias cadastradas.

PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS

As famílias são inseridas no CADUNICO, após a realização do cadastro as famílias são encaminhadas à documentadora escolar do Município e orientadas a levar a folha resumo mais documentos pessoais e certidão de nascimento da criança para ser realizado o seu cadastro no sistema informatizado de controle do programa leite das crianças.

PAA – Programa Aquisição de Alimentos, utiliza o Cadastro Único na geração do número do NIS (Número de Inscrição Social).

6 CURSOS DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA

Em relação as formações ofertadas para os funcionários dos segmentos do Município em 2015 podemos citar:

Encontro de Formação Integrada em Educação Alimentar e Nutricional, junto aos atores Sociais envolvidos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Estado do Paraná – Santo Antônio da Platina – 08 de maio de 2015 – 08:00 horas – Coordenadoras que participaram do encontro: Mirian dos Santos e Silva Brunca e Vânia Cristina Zenerato.

CURSOS OFERTADOS PELO SENAR:

*02 turmas de produtos artesanais de alimentos (panificação) – 30 vagas – 16:00 horas.

*01 turma de Geléias, Doce de Corte e Pastosos – 15 vagas – 16:00 horas.

Curso Cozinha Brasil – SEST SENAI

*01 turma de Curso de Culinária 120 vagas – 10:00 horas.

Curso Pro Funcionário – IFPR (Instituto Federal do Paraná)

*01 turma de Técnico em Alimentação Escolar – agentes de serviços gerais; 19 participantes – 01 ano.

2016

Curso ofertado Pelo SENAR

*01 turma de Geléias e Doces Pastosos – 15 vagas – 16:00 horas.

*01 turma Fruticultura Básica Clima tropical – abacaxizeiro e bananeira no Distrito Nossa Senhora Aparecida – 15 vagas – 16:00 horas.

7 COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES

Em 2014 agricultores familiares do Município beneficiou 54 (cinquenta e quatro) agricultores no setor da distribuição e comercialização de alimentos.

Os alimentos produzidos pela Agricultura Familiar são destinados para Alimentação escolar, rede socioassistencial, cozinhas e refeitórios hospitalares, cozinhas de educação infantil, feiras livres e Programa PAA.

Os agricultores realizam a feira livre, convencional de periodicidade semanal.

8 SUPORTES DO MUNICÍPIO

O Município possui: Vigilância Sanitária, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, destinada à agricultores e familiares do Município, cuja fonte de financiamento o repasse feito pelo Estado, na qual são atendidos 240 (duzentos e quarenta) agricultores. O ATER faz o atendimento ao grupo de mulheres agricultoras e ao grupo de organização de jovens agricultores.

Os serviços de ATER viabilizam os programas como crédito rural PRONAF, PNAE, PAA, FEIRAS LIVRES.

O Município faz doações de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar, usuários de rede socioassistencial (proteção social básica ou especial) e ainda usuários em entidades conveniadas.

O Município promove atividades de capacitação, e incentivo à produção agroecológica.

- Produção de pães para as entidades;
- Produção e distribuição de leite de soja para a população interessada;
- Programa Bolsa Família.

9 SAÚDE

Estão confirmadas obras de ampliação, financiadas pelo Ministério da Saúde, para 04 (quatro) Unidades Básicas de Saúde já existentes no Município.

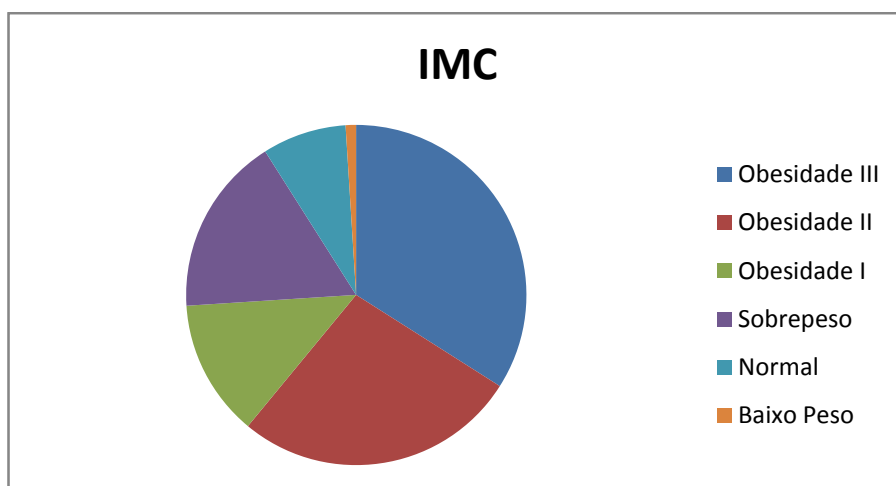
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL NUTRICIONAL – SAÚDE - 2015/2016

Durante estes dois anos foram 320 (trezentos e vinte) pacientes atendidos. Segue abaixo a distribuição nutricional de acordo com o IMC.

- Obesidade III – 54 pacientes
- Obesidade II – 41 pacientes
- Obesidade I – 85 pacientes
- Sobrepeso – 110 pacientes
- Normal – 27 pacientes
- Baixo peso – 03 pacientes

IMC	CLASSIFICAÇÃO
ABAIXO DE 18,5	ABAIXO DO PESO
ENTRE 18,6 E 24,9	PESO IDEAL
ENTRE 25,0 E 29,9	LEVEMENTE ACIMA DO PESO
ENTRE 30,0 E 34,9	OBESIDADE GRAU I
ENTRE 35,0 E 39,9	OBESIDADE GRAU II (SEVERA)
ACIMA DE 40	OBESIDADE III (MÓRBIDA)

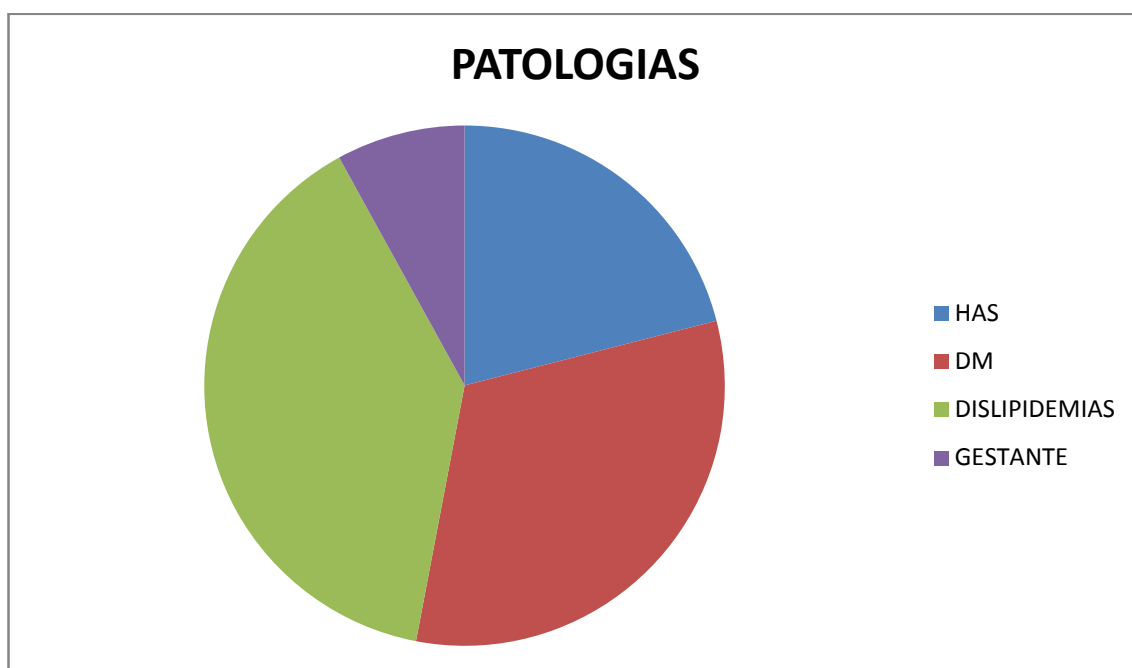
GRÁFICO DEMONSTRATIVO SOBREA A CLASSIFICAÇÃO DO IMC



Ainda seguindo o perfil nutricional dos pacientes que procuraram esse serviço, verificamos pacientes com Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Dislipidemias e Gestantes.

HIPERTENSÃO ARTERIAL	29 PACIENTES
DIABETES MELLITUS	43 PACIENTES
DISLIPIDEMIAS	52 PACIENTES
GESTANTES	11 PACIENTES

GRÁFICO DEMONSTRANDO O PERCENTUAL DE PATOLOGIAS ATENDIDAS:



Concluindo assim, que há maior procura por pacientes que estão de sobrepeso, do que aqueles que estão realmente com obesidade I, II e III. Quanto as patologias concluí-se que a procura maior são dos casos de dislipidemias (Colesterol e Triglicérides).

PROJETO SAÚDE DA CRIANÇA

Com relação ao aumento dos casos de peso corporal excessivo, entre crianças e jovens, muitos estudos vem sendo desenvolvidos na tentativa de investigar a interferência dos índices de sobrepeso, obesidade e de eutróficos com alterações sanguíneas indesejáveis apresentando sinais de doenças metabólicas, sobre aspectos fisiopatológicos, relacionados à manifestação de doenças crônico-degenerativas na vida adulta (Dietz,1998). Portanto, este projeto visa avaliar, analisar, intervir, orientando e participando da mudança de hábitos de vida das crianças e adolescentes obesos eutróficos com alteração sanguínea para uma melhor qualidade de vida, mantendo a iniciativa do hábito saudável de realização de atividade física e alimentação equilibrada. Pretende-se também a integração deste projeto a Projetos de Lei do Município priorizando o aumento do IDH da cidade de Andirá.

Este projeto com o nome de **SAÚDE DA CRIANÇA: CONSCIENTIZAÇÃO DE TODOS**, iniciou-se durante o ano de 2013/2014 com uma conscientização sobre a saúde de crianças e adolescentes sendo que após virar PROJETO DE LEI, haverá a sua expansão para que o atendimento de crianças e adolescentes melhorassem a prática de atividade física e dieta alimentar equilibrada em crianças e adolescentes obesos e eutróficos com alterações sanguíneas ou pressóricas de 06 a 14 anos nos resultados almejados pelo Município, objetivos estes que apóiam a saúde e melhoram a qualidade de vida e o índice de desenvolvimento humano da região. Atualmente são atendidos com o programa crianças das nossas escolas municipais nos anos de 2015/2016, onde são feitas as triagens na Escola Municipal Ana Nery.

10 EDUCAÇÃO BRASIL CARINHOSO – CRECHES

A Ação Brasil Carinhoso dá estímulos financeiros aos Municípios para aumentar o acesso da população mais pobre aos serviços de educação infantil. O objetivo é incentivar o aumento das vagas para as crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. E, com mais recursos, melhorar o atendimento às crianças e suas

famílias. Para isso, o MDS complementa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) repassados pelo MEC. São 50% mais recursos para cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família.

Nos anos de 2012 e 2013, o Município deveria informar ao Governo Federal, em sistema disponibilizado pelo Ministério da Educação, o número de crianças do Programa Bolsa Família matriculadas em creches. A partir de 2014, a identificação das crianças do Programa Bolsa Família matriculadas em creches foi feita a partir do Censo da Educação Básica do ano anterior.

Em 2012, o Município informou ao Ministério da Educação que 124 (cento e vinte e quatro) crianças do Programa Bolsa Família, estavam matriculadas em 06 (seis) creches do Município. Em razão disso, com o Brasil Carinhoso, o MDS suplementou em R\$ 84.496,08 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oito centavos) o repasse para creches.

Em 2013, o Município informou ao Ministério da Educação que 57 (cinquenta e sete) crianças do Programa Bolsa Família estavam matriculadas em 06 (seis) creches do Município. Em razão disso, com o Brasil Carinhoso, o MDS suplementou em R\$ 83.129,37 (oitenta e três mil, cento e vinte nove reais e trinta e sete centavos) o repasse para creches.

Em 2014, foram identificadas, no Censo da Educação Básica de 2013, 82 (oitenta e duas) crianças do Programa Bolsa Família em 07 (sete) creches, tendo sido repassados R\$ 121.249,45 (cento e vinte e um mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) ao Município como suplementação.

Para saber como e quando utilizar os recursos, consulte os regulamentos já publicados:

- Resolução CD/FNDE n.19, de 29 de setembro de 2014;
- Resolução nº. 1, de 28 de novembro de 2014, da Comissão Interministerial de Acompanhamento da Implementação do Apoio Financeiro Suplementar à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil.

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

O Programa Mais Educação, é a estratégia indutora da oferta de educação em tempo integral no país. É um Programa que estimula a ampliação da jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias. Para oferecer educação em

tempo integral, acrescentam-se às atividades curriculares já existentes outras como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e artes. O governo federal repassa recursos para ressarcir a escola pelo pagamento de alimentação, compra de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviço de aquisição de kits pedagógicos. A oferta de educação integral é uma das estratégias para superação da extrema pobreza. Por isso as escolas onde mais de 50% dos alunos vêm de famílias beneficiárias do Bolsa Família são prioridade para integrar o Programa Mais Educação.

Em 2013, o Município fez adesão para oferecer educação em tempo integral em 04 (quatro) escolas do ensino fundamental, sendo 01 (um) com mais da metade dos seus alunos no Programa Bolsa Família.

O Município oferta em 02 (duas) escolas: Escola Municipal Criança Feliz Educação Infantil e Ensino Fundamental e Escola Municipal Professor Michel Kairalla Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Jornada Ampliada com 07:00 horas diárias de atendimento, 04 (quatro) refeições, reforço escolar e atividades diversas em complementação ao **Programa Mais Educação**.

ALUNOS ATENDIDOS NO PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Número de alunos das escolas: 1.852

Número de alunos nos CMEIS: 435

ALUNOS ATENDIDOS NO PROGRAMA ESTADUAL

Colégio Estadual Mário Zacarelli: 61 alunos

Colégio Estadual Stella Maris: 593 alunos

Colégio Estadual Durval Ramos Filho: 355 alunos

Colégio Estadual Barbosa Ferraz: 913 alunos

DIAGNÓSTICO NUTRICIONAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARCO IRIS

Nº. de alunos: 58

Faixa etária: 06 a 13 anos

Classificação	Normal	36
	Desnutrido	04
	Sobrepeso	10

ESCOLA MUNICIPAL PINGO DE GENTE

Nº. de alunos: 211

Faixa etária: 06 anos a 13 anos

Classificação	Normal	98
	Desnutrido	74
	Sobrepeso	25
	Obeso	14

ESCOLA MUNICIPAL SANTA INÊS

Nº de alunos: 157

Faixa etária: 06 anos a 13 anos

Classificação	Normal	102
	Desnutrido	19
	Sobrepeso	21
	Obeso	15

ESCOLA MUNICIPAL ANA NERY

Nº. de alunos: 386

Faixa etária: 06 anos a 13 anos

Classificação	Normal	200
	Desnutrido	76
	Sobrepeso	60
	Obeso	50

ESCOLA MUNICIPAL MICHEL KAIRALLA

Nº. de alunos: 195

Faixa etária: 06 anos a 13 anos

Classificação	Normal	109
	Desnutrido	22
	Sobrepeso	34
	Obeso	30

ESCOLA CRIANÇA FELÍZ

Nº. de alunos: 79

Faixa etária: 06 anos a 13 anos

Classificação	Normal	52
	Desnutrido	06
	Sobrepeso	13
	Obeso	08

COLÉGIO ESTADUAL STELA MARIS

Nº. de alunos: 457

Faixa etária: 11 anos a 18 anos

Classificação	Normal	293
	Desnutrido	48
	Sobrepeso	77
	Obeso	39

COLÉGIO ESTADUAL BARBOSA FERRAZ

Nº. de alunos: 297

Faixa etária: 06 anos a 13 anos

Classificação	Normal	186
	Desnutrido	31
	Sobrepeso	58
	Obeso	22

ESCOLAS – ANO 2016 – DIAGNÓSTICO NUTRICIONAL

ANO 2016		
Classificação	Escolas Municipais	Escolas Estaduais
Total de alunos	1086	754
Normal	597	479
Desnutrido	201	79
Sobrepeso	163	135
Obesidade	125	61

11 INCLUSÃO PRODUTIVA

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA)

O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 (cento sessenta) horas para pessoas com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único.

Custeados pelo MEC, os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema “S” (Senai, Senac, Senat e Senar), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica.

O aluno recebe todo o material escolar e didático, além da “assistência estudantil”, que consiste de alimentação e transporte, ou de recursos para custeá-los. São mais de 500 (quinhentos) opções de cursos em áreas como construção

civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricitista, auxiliar administrativo, entre outras. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso.

Ao proporcionar qualificação profissional, o Pronatec Brasil Sem Miséria aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis. Municípios de qualquer porte populacional podem aderir, sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal. Trimestralmente as prefeituras podem renegociar com as escolas a oferta de cursos do Pronatec.

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 155 (cento e cinquenta e cinco) matrículas em Andirá. Para 2014, foi pactuada a oferta de 142 (cento e quarenta e dois) vagas do Pronatec Brasil Sem Miséria para alunos do Município.

12 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

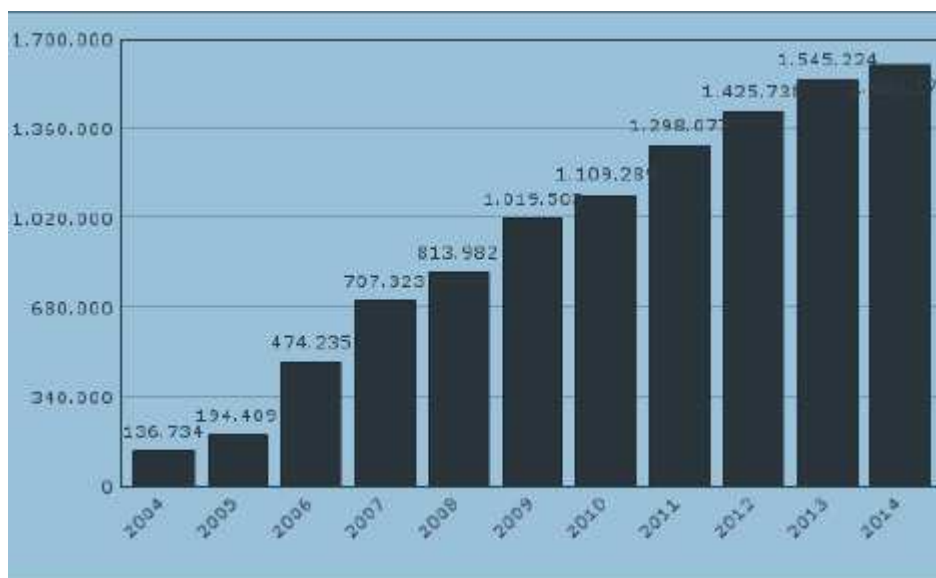
População: 20.610 habitantes.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa	Cobertura	Repasso total em 2014 (R\$)
Bolsa Família	861 famílias (novembro de 2015)	R\$ 1.600.069,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	283 pessoas (maio de 2015)	R\$ 2.336.628,11

Em 2014, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 3.936.697,11) representa 34,87% do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 11.290.715,02). De 2004 a 2014, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve diminuição de 0,00 %.

VALORES ANUAIS NOMINAIS REPASSADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
(R\$)



TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO

	Recursos disponíveis em conta (R\$)
IGD PBF	19.052,88 (maio de 2015)
IGD SUAS	9.200,41 (maio de 2015)
Proteção Social Básica	100.164,93 (maio de 2015)
Proteção Social Especial	32.817,91 (maio de 2015)

REDE COFINANCIADA PELO MDS - EQUIPAMENTOS E EQUIPES

	Implantado	Com pendência de implantação	Total cofinanciado pelo MDS
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	1	0	1
Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)	1	0	1
Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centros POP)	0	0	0
Equipes volantes de Assistência Social	0	0	0

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DA EXTREMA POBREZA

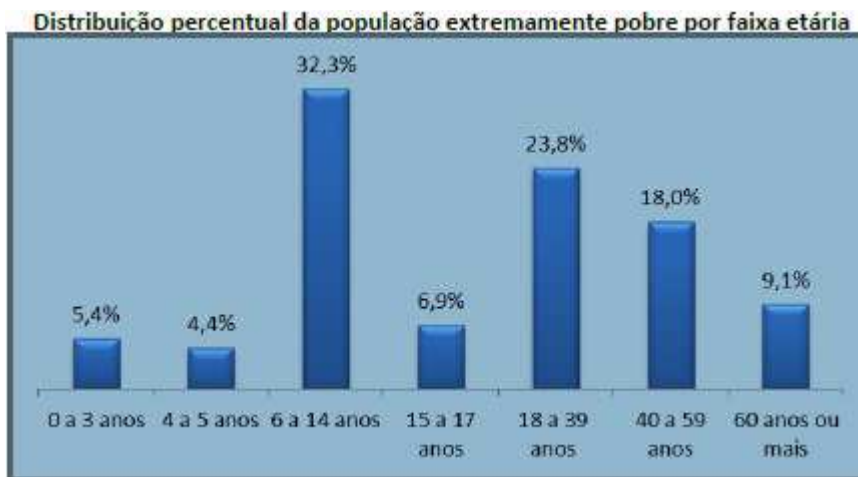
Conforme dados do **Censo IBGE 2010**, a população total do Município era de 20.610 (vinte mil seiscentos e dez) residentes, dos quais 820 (oitocentos e vinte) encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00 (setenta reais). Isto significa que 4,0% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 118 (14,4%) viviam no meio rural e 702 (setecentos e dois) (85,6%) no meio urbano.

O Censo também revelou que no Município havia 44 (quarenta e quatro) crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 36 (trinta e seis) na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 265 (duzentos e sessenta e cinco) indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 57 (cinquenta e sete) jovens nessa situação. Foram registradas 75 (setenta e cinco) pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos na extrema pobreza. 49,0% dos extremamente pobres do Município têm de 0 a 17 anos.

Observe o quadro e gráfico abaixo:

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA POR FAIXA ETÁRIA

Idade	Quantidade
0 a 3	44
4 a 5	36
6 a 14	265
15 a 17	57
18 a 39	195
40 a 59	148
65 ou mais	75
Total	820



GÊNERO

Do total de extremamente pobres no Município, 542 (quinhentos e quarenta e dois) são mulheres (66,1%) e 278 (duzentos e setenta e oito) são homens (33,9%).

COR OU RAÇA

Do total da população em extrema pobreza do Município, 504 (quinhentos e quatro) (61,5%) se classificaram como brancos e 316 (trezentos e dezesseis) (38,5%) como negros. Dentre estes últimos, 57 (cinquenta e sete) (7,0%) se declararam pretos e 259 (duzentos e cinquenta e nove) (31,6%) pardos. Outras 00 (zeros) pessoas (0,0%) se declararam amarelos ou indígenas.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

De acordo com o censo 2010, havia 30 (trinta) indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 306 (trezentos e seis) tinham alguma dificuldade para enxergar; 48 (quarenta e oito) para ouvir e 92 (noventa e dois) para se locomover.

EDUCAÇÃO

Das pessoas com mais de 15 (quinze) anos em extrema pobreza, 92 (noventa e dois) não sabiam ler ou escrever, o que representa 20,4% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 53 (cinquenta e três) eram chefes de domicílio.

O Censo de 2010 revelou que no Município havia 13 (treze) crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não freqüentando creche, o que representa 28,6% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 00 (zero) crianças fora da escola (0,0% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 08 (oito) (3,1%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 00 (zero) estava fora da escola (0,0% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).



ELETRICIDADE, ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E COLETA DE LIXO

Pessoas extremamente pobres (-% do total) viviam sem luz, - (-%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 393 (trezentos e noventa e três) (48,0%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 118 (cento e oitenta) (14,4%) não tinham o lixo coletado.

BANHEIRO NO DOMICÍLIO E PAREDES EXTERNAS DE ALVENARIA

Pessoas extremamente pobres (-% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. 47 (5,7%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

RI SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ANDIRÁ (PR)

IBGE: 410110 População (Censo IBGE 2010): 20.615

Demografia

		Referência
Total da população branca	14.790	2010
Total da população preta	707	2010
Total da população amarela	209	2010
Total da população parda	4.888	2010
Total da população indígena	16	2010
Percentual da população Urbana em Extrema Pobreza (Censo 2010)	3,47%	2010
Percentual da população Rural em Extrema Pobreza (Censo 2010)	6,43%	2010
Percentual da população Total em Extrema Pobreza (Censo 2010)	3,65%	2010

Produção/Disponibilidade de Alimentos

Percentual da população Urbana em Extrema Pobreza (Censo 2010)	3,47%	2010
Percentual da população Rural em Extrema Pobreza (Censo 2010)	6,43%	2010
Percentual da população Total em Extrema Pobreza (Censo 2010)	3,65%	2010

Produção/Disponibilidade de Alimentos

		Referência
Quantidade produzida de arroz (Ton)	172	2014
Quantidade produzida de feijão (Ton)	16	2014
Quantidade produzida de milho (Ton)	37.084	2014
Quantidade produzida de trigo (Ton)	9.660	2014
Quantidade produzida de café (Ton)	1	2014

Saúde e Acesso à Serviços de Saúde

		Referência
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição (%)	100,00%	2013
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de poço artesiano (%)	0%	2013
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de cacimba (%)	0%	2013
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de rio (%)	0%	2013
Percentual de escolas do ensino básico com pelo menos um dos tipos de abastecimento de água	100,00%	2013

Políticas relacionadas à Produção/Disponibilidade de Alimentos

		Referência
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde	0	02/2016
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	0	03/2016
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		
Total de Agricultores fornecedores no PAA Municipal	0	2015
Total de Entidades Beneficiadas no PAA Municipal	0	2015
Total de Atendimentos no PAA Municipal	0	2015

Total de Agricultores fornecedores no PAA Estadual	0	2015
Total de Entidades Beneficiadas no PAA Estadual	0	2015
Total de Atendimentos no PAA Estadual	0	2015
Total de Agricultores fornecedores no PAA Conab/MDS	0	2015
Total de Entidades Beneficiadas no PAA Conab/MDS	0	2015
Total de Atendimentos no PAA Conab/MDS	0	2015
*Total de Agricultores Fornecedores do PAA Conab/MDA	0	2015
*Total de Agricultores Fornecedores do PAA Leite	0	2015

Valores acumulados de janeiro a março de 2015.

*Valores acumulados de janeiro a dezembro de 2014.

Políticas relacionadas à Renda/Despesas com Alimentação

		Referência
Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	2.623	02/2016
	874	03/2016
Estimativa de famílias quilombolas	-	-
Famílias quilombolas cadastradas	0	01/2016
Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2016
Estimativa de famílias indígenas	-	-
Famílias indígenas cadastradas	0	01/2016

Famílias quilombolas cadastradas	0	01/2016
Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2016
Estimativa de famílias indígenas	-	-
Famílias indígenas cadastradas	0	01/2016
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2016
Quantidade de beneficiários do BPC Idosos	115	01/2016
Quantidade de beneficiários do BPC Pessoas com deficiência	175	01/2016

Políticas relacionadas ao Acesso à Alimentação Adequada

Banco de Alimentos		
Banco de Alimentos em funcionamento	-	-
Banco de Alimentos em instalação	-	-
Banco de Alimentos paralisado	-	-

Banco de Alimentos paralisado	-	-
Instituições atendidas por mês - Banco de Alimentos	-	-
Alimentos distribuídos por mês - Banco de Alimentos	-	-
Recurso investido pelo MDS em Banco de Alimentos	-	-

Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar		
Unidade de Distribuição da agricultura familiar em funcionamento	-	-
Unidade de Distribuição da agricultura familiar em instalação	-	-
Recurso investido pelo MDS em Unidade de Distribuição da agricultura familiar	-	-

Restaurantes Populares		
Nº de unidades de Restaurantes Populares em funcionamento	-	-
Nº de unidades de Restaurantes Populares em instalação	-	-
Restaurante Popular paralisado	-	-

Refeições servidas por mês - Restaurante Popular	-	-
--	---	---

Valor total investido pelo MDS em Restaurantes Populares	-	-
Cozinhas Comunitárias		
Cozinha Comunitária em funcionamento	-	-
Cozinha Comunitária em instalação	-	-
Cozinha Comunitária paralisada	-	-
Refeições servidas por mês - Cozinha Comunitária	-	-

13 EDUCAÇÃO

A educação no Município de Andirá é orientada pelo princípio da qualidade para todos com a análise das necessidades e também da avaliação dos avanços já realizados. Neste contexto, as ações educacionais promovidas pelo Município apresentam como foco a promoção e a evolução constante dos padrões de ensino, de modo a desenvolver as competências necessárias para a cidadania, participação efetiva no mundo do trabalho e o usufruto dos bens culturais disponíveis.

A educação municipal tem sido promovida considerando à diversidade cultural e pessoal, às diferenças individuais e à necessidade de atenção e estimulações educacionais diferenciadas. Tem sido orientada pelos princípios da inclusão e equidade, oferecendo oportunidade educacional de qualidade para todos, de forma inclusiva, considerando as diferenças pessoais entre seus alunos, atendendo diferentemente aqueles que necessitam de atenção e estímulos educacionais diferenciados. Estes cuidados estão associados ao princípio da democratização da educação, considerando que pessoas diferentes, com dificuldades e experiências distintas, precisam usufruir os mesmos padrões de qualidade em educação.

Desta forma, a gestão da educação em Andirá, está voltada para a promoção de aprendizagem de alta qualidade, compatível com os desafios do momento vivido pela sociedade atual e com a visão de longo prazo, mediante a percepção das possibilidades e necessidades futuras.

Atualmente, o Município conta com 06 (seis) centros municipais de educação infantil, 06 (seis) escolas municipais, sendo uma escola de modalidade especial, 04 (quatro) escolas estaduais, além dos estabelecimentos particulares, que somam 19 (dezenove) no Município.

A alimentação escolar em Andirá faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o qual tem por objetivo contribuir para o crescimento e

o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Alguns programas públicos exercem papel importante e fundamental na formação de hábitos alimentares saudáveis e também na promoção social e sustentável.

Entre os programas referimos ao (PNAE) Programa de Alimentação Escolar. Esse programa garante mensalmente a transferência de recursos financeiros com o repasse de verbas do FNDE para a educação básica, dividido em várias modalidades: Escolas, Centro Municipal de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Mais Educação.

O Município complementa com recursos financeiros para garantir a quantidade e a qualidade da merenda ofertada.

O repasse é feito com base no censo escolar realizado no ano anterior ao atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que funciona como órgão fiscalizador municipal, dos quais fazem parte membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes do poder executivo e legislativo e ainda em esfera governamental, é acompanhado por meio de prestação de contas da união, ministério público e CACS-FUNDEB .

O ambiente escolar são locais de formação de valores e hábitos alimentares onde os indivíduos passam parte do seu tempo e ali necessitam suprir as necessidades vitais, aproveitando essa ênfase podemos construir valores e bases nutricionais e mais firmes e conscientes. Estes programas possibilitam tanto o acesso a refeições saudáveis quanto a promoção de atividades de educação participativa.

Implantar essas ações a partir de da abordagem da segurança alimentar e nutricional nos leva a promover uma maior articulação desses programas e ações no setor produtivo, e assim fortalecendo pequenos e médios produtores locais, escoando a produção e resgatando a dimensão da cultura alimentar local favorecendo ao incentivo da aprendizagem e hábitos alimentares mais saudáveis

ainda proporcionando alimentação durante o período escolar para alunos de baixa renda, assim como provendo bem estar e saúde para os alunos como um todo.

Estamos em busca de aperfeiçoamento e mudança em todos os setores condizente ao programa social, educacional e alimentar. Visamos todos os eixos para a melhoria de uma alimentação mais equilibrada e assim proporcionando melhoria na qualidade de vida dos alunos e também favorecendo no processo de aprendizagem das crianças no período escolar.

A cada dia que passa, espera-se a perspectiva de melhoria na garantia de disposição de alimentos e diversificação de alimentos para os alunos da rede municipal. Sem dúvida que após a inserção do projeto governamental agricultura familiar e compra direta melhorou muito a qualidade alimentar e o nível da refeição servida e ainda favoreceu os agricultores do Município de Andirá.

Mas com a diminuição de recursos de 65% do governo federal para o compra direta, (Programa PAA) houve também uma queda de qualidade e principalmente em quantidade e disponibilidade de alimentos.

Assim contamos com a melhoria por parte do governo para o aumento de recurso para o programa compra direta.

Pois o recurso ano 2016 é insuficiente para atender o ano letivo total.

Temos como foco e objetivo principal atender os alunos da melhor maneira possível, visando sempre o seu bem estar e atender as necessidades nutricionais dos alunos durante a sua permanência na sala de aula, contribuindo principalmente no processo de aprendizagem e rendimento escolar e ainda promover hábitos alimentares saudáveis.

A alimentação saudável na escola deve ser incentivada através da alimentação escolar e deve também ser trabalhada pelos professores junto aos alunos como inclusão no planejamento anual ou por meio oficinas ou aulas práticas. A educação alimentar e nutricional deve então fazer parte do currículo escolar para que se torne um instrumento multiplicador entre os alunos sobre a alimentação desde a infância até a fase adulta e para que estes se formem opiniões sociais sobre todos os fatores que envolvem a alimentação do plantio até o consumo.

Existem diversas ações que podem ser trabalhadas nas escolas e entre elas são as hortas escolares, visitas em plantio rural.

CARDÁPIOS

Os cardápios de alimentação escolar são elaborados pela nutricionista, com utilização de gêneros alimentícios da agricultura local, respeitando a sazonalidade, preferências e hábitos dos escolares, incluindo alimentos in natura de boa qualidade nutricional incluídos do Programa PAA e Agricultura Familiar.

Referimos outros programas citamos (PAA – Compra Direta) e Agricultura Familiar.

Os gêneros alimentícios adquiridos da agricultura familiar já estão inseridos no cardápio desde 2010, licitação realizada por meio de chamada pública de acordo com a Lei do FNDE, alcançando o mínimo de 30% de verba repassada anual para o Município.

Tabela 4 – produtos adquiridos da agricultura familiar pelas escolas municipais

LEGUMES E HORTALIÇAS	FRUTAS E OUTROS
Alface	Abacate
Beterraba	Abacaxi
Couve manteiga	Banana
Cenoura	Limão
Repolho	Laranja
tomate	Maracujá
	Milho verde
	Carne bovina
	Ovos
	Arroz
	Feijão
	Leite

ESTRUTURA FÍSICA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

No Município de Andirá é inexistente a cozinha central e central de armazenamento de produtos.

Portanto, o preparo das refeições é realizado nas cozinhas das unidades escolares e centros de Educação.

Digamos que seria de grande benefício para a rede municipal a implantação da cozinha central em termos econômico, maior controle microbiológico no processo de manipulação e produção das refeições servidas garantindo controle de qualidade

melhor para os alunos e funcionários e com isso colocando maior rigidez ainda reduzindo o possível desperdício de produtos alimentícios.

O fornecimento do programa compra direta e Agricultura familiar e produtos perecíveis são entregues semanalmente nas entidades.

Visando melhor estruturação do programa compra direta, o Município adquiriu com recursos próprios um furgão para entrega de hortifrutis, com o apoio da Ação Social do Município de Andirá foi possível inserir:

- Câmara fria para armazenamento de produtos;
- Central de recebimento e distribuição de produtos provenientes da agricultura familiar e compra direta;
- Padaria Central para distribuição de pães para toda a rede municipal.

São beneficiados:

- Escolas Municipais;
- Centros Municipais de Educação Infantil;
- Apae;
- Instituição de Acolhimento/Abrigo para Idosos.

Número de Refeições fornecidas no Município 2015:

- Escolas Municipais – 3.921 refeições;
- CMEIS Municipais – 2.256 refeições.

Número de refeições fornecidas no Município 2016:

- Escolas Municipais – 1.852 refeições 01 por dia;
- CMEIS Municipais – 1.740 – refeições 04 refeições por dia;
- Café da manhã;
- Almoço;
- Lanche da tarde;
- Jantar.

BENEFÍCIO EVENTUAL DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS

Quantidade de benefício eventual na modalidade de cesta básica de alimentos concedidos no ano de 2015 – 1.345 (um mil trezentos e quarenta e cinco) cestas básicas de alimentos.

Quantidade de famílias atendidas com o benefício eventual na modalidade de cesta básica de alimentos concedidos no ano de 2015 – 312 (trezentos e doze) famílias.

Quantidade de benefício eventual na modalidade de cesta básica de alimentos concedidos até o mês de abril de 2016 – 624 (seiscentos e vinte e quatro) cestas básicas de alimentos.

Quantidade de famílias atendidas com o benefício eventual na modalidade de cesta básica de alimentos concedidos no ano de 2016 – 174 (cento e setenta e quatro) famílias.

O benefício eventual na modalidade da cesta básica de alimentos é um benefício de caráter eventual, respaldado pela Resolução nº. 02/2015, deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Referente as fontes de recursos oriundos da Prefeitura Municipal de Andirá juntamente com a Ação Social.

A parceria para o atendimento das famílias é da Prefeitura Municipal, Ação Social e Vicentinos.

As dificuldades enfrentadas neste atendimento é o próprio entendimento das famílias sobre a Política de Assistência Social, bem como na concessão de benefício eventual na modalidade da cesta básica de alimentos, pois parte delas tem a compreensão de assistencialismo e devido ao setor público ser o responsável pela entrega, as mesmas são resistentes ao desligamento.

O BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) atende 113 (cento e treze) idosos e 187 (cento e oitenta e sete) pessoas com deficiência no total de 300 (trezentos) pessoas no ano de 2016. Dados extraídos do site do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

13 AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESENVOLVIDA EM ANDIRÁ

Com base no Decreto nº. 7272/2010 e no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional surgiram as diretrizes para Plano Municipal de SAN:

DIRETRIZ 1 – Promoção do acesso universal à alimentação saudável, com prioridades para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

DIRETRIZ 2 – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive de base agro ecológica;

DIRETRIZ 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

DIRETRIZ 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados de reforma agrária;

DIRETRIZ 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;

DIRETRIZ 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridades para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca aqüicultura;

DIRETRIZ 7 – Apoio a iniciativa de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;

DIRETRIZ 8 – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada;

Para cada diretriz do governo, foram descritos os programas e ações desenvolvidas da SAN no Município, e em consonância com o plano plurianual e também as proposta criadas na conferência se Segurança Alimentar e Nutricional.

13.1. DIRETRIZ 1

Promoção do acesso universal à alimentação saudável, com prioridades para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Programa Nacional de Alimentação Escolar	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	FNDE Prefeitura	Municipal Federal	

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Benefício de Prestação Continuada - BPC (CRAS/CREAS)	Secretaria Municipal de Ação Social Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Prefeitura Municipal de Andirá Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)	Federal Previsto no art. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, (Lei 8.742 de 07/12/1993) e regulamentação através da resolução do Conselho Municipal de Assistência Social número 01/2012	Público Alvo: O BPC é devido à pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e a pessoa com deficiência, de qualquer idade, que comprovem renda per capita mensal da família inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. As pessoas com deficiência também precisam passar por avaliação médica e social realizadas por profissionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p data-bbox="193 286 502 360">Benefício Eventual Cesta Básica</p> <p data-bbox="193 510 502 544">Financiamento: Municipal</p> <p data-bbox="164 607 531 1003">O benefício Eventual, na forma de Cesta básica de alimentos, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal</p>	<p data-bbox="564 286 815 360">Secretaria Municipal de Ação Social</p>		<p data-bbox="1118 286 1241 320">Municipal</p>	<p data-bbox="1310 286 1490 320">Público Alvo:</p> <p data-bbox="1302 331 1501 958">Família em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, cuja renda per capita seja igual ou inferior a 140,00 (cento e quarenta reais) e que não receba benefício do mesmo gênero de outras fontes;</p> <p data-bbox="1302 969 1501 1877">Número de Beneficiário: em 2015 foram atendidas 312 famílias Previsto no art. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, (Lei 8.742 de 07/12/1993) e regulamentação através da resolução do Conselho Municipal de Assistência Social número 01/2012.</p>

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Serviço Proteção Social Especial de Média Complexidade</p> <p>Programa Socioassistencial Atendimento especializado a pessoa com deficiência</p> <p>Previsão de Atendimento para 2015: 141</p>	<p>Entidade não governamental mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Andirá - APAE</p>	<p>Município Comunidade Governo Federal e Estadual</p>	<p>Federal Estadual Municipal e Comunidade</p>	<p>Público Alvo: Pessoas com Deficiência Mental Número em atendimento: 120 alunos</p>

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade- serviço de Acolhimento Institucional- Abrigo</p>	<p>Entidade não governamental mantida pela Associação de Senhoras de Rotarianos de Andirá - ASR</p>	<p>Município Comunidade Governo Federal</p>	<p>Municipal Federal Comunidade Idosos Abrigados</p>	<p>Público Alvo: Idoso em situação de risco e com vínculo familiar rompido Capacidade de Atendimento: 40 Serviço de acolhimento institucional para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violências e negligência, situação de rua e abandono, com vínculos</p>

				familiares fragilizados ou rompidos
--	--	--	--	-------------------------------------

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA Objetivos do Programa Bolsa Família: - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; - Combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; - Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.	Secretaria Municipal de Ação Social	Governo Federal/Município	Municipal/Federal	Número de beneficiários no Município: 2.751 famílias cadastradas no CADIÚNICO e 918 beneficiários do Programa Bolsa Família.

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Programa Estadual Leite das Crianças: Programa do leite das crianças foi instituído pela Lei Estadual 16.475/2010, com direito de crianças de 6 a 36 meses de idade, com renda per capita de até ½ salário mínimo regional, com objetivo de auxiliar na redução de deficiências nutricionais	Secretaria Estadual de Educação	Município Governo Estadual	Governo	Beneficiários: 359

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI)</p> <p>Fornecimento de alimento Serviço proteção social básica/Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para idosos.</p>	Secretaria Municipal de Ação Social		Municipal Federal	<p>Fornecimento de 03 refeições diários :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Café da manhã; - Almoço; - Lanche da Tarde. <p>Público Alvo: Idoso em situação de vulnerabilidade Social. Previsão de atendimento: 80</p>

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Projeto Esperança</p> <p>Proteção Social Básica/Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes</p>	Secretaria Municipal de Ação Social	Município e MDSA	Municipal Federal	<p>Fornecimento de 03 refeições diários: Café, almoço, lanche.</p> <p>Público Alvo: Crianças e adolescentes de 05 a 17 anos em situação de vulnerabilidade Social Previsão de atendimento: 200</p>

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p align="center">CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social</p>	<p>Secretaria Municipal de Ação Social</p>		<p>Municipal Federal</p>	<p>Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos/PACFI - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) Família e indivíduo em situação de risco social com violação de direitos</p> <p>Previsão de atendimento: 180</p> <p>Caracterização do serviço: O centro de referência Especializado de assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas</p>

				<p>famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. A unidade deve, obrigatoriamente ofertar o Serviço de proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social.</p>
--	--	--	--	--

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Padaria Comunitária (Central do trabalhador) Produção e distribuição de pães para diversas entidades beneficiadas</p>	<p>Central do Trabalhador Padaria</p>	<p>Secretaria de Ação Social</p> <p>Secretaria Municipal de Educação e Cultura</p>	<p>Municipal</p>	<p>Entidades beneficiadas: APAE Centro Municipal de Educação Infantil Escola Tempo Integral CCI Projeto Esperança Casa da Criança Pátio Trabalhadores Servidores Públicos Asilo Defesa Civil Previsão para atendimento:1.269 pães diariamente.</p>

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Programa Família Paranaense: Atendimento às Famílias em situação de alta vulnerabilidade social, segundo índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná/IVF-PR (Percentil 75)</p>	<p>Secretaria Municipal de Ação Social CRAS</p>	<p>Município Governo do Estado</p>	<p>Estadual</p>	<p>Ações Intersetoriais com famílias em vulnerabilidade social dentro do eixo de SAN, visando a garantia do DHAA (Direito Humano a Alimentação Adequada)</p> <p>Previsão de atendimento para 2016: Encerramento do Programa no mês de Setembro, visto que o critério do programa família permanece em 02 (dois) acompanhada pelo Programa Família Paranaense</p>

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Programa Leite de soja Programa Segurança Alimentar</p> <p>Atendimento à população em geral que necessita e ou tem preferência pelo leite de soja .</p>	<p>Secretaria Municipal de Ação Social/Central do Trabalhador</p>		<p>Municipal</p>	<p>Previsão 130 litros por dia</p>

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Casa da criança</p> <p>Proteção Social de Alta Complexidade/ Serviço de Instituição de Acolhimento – Casa Lar.</p> <p>Atendimento à criança e adolescentes com medida de proteção conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).</p>	Secretaria Municipal de Ação Social	Município/Governo Federal	Municipal e Federal	Fornecimento de refeições por dia. Previsão de Atendimento: 10

13.2. DIRETRIZ 2: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive de base agro ecológica.

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Identificação do Programa:</p> <p>PAA (Programa Aquisição de Alimentos) /Programa de Segurança Alimentar</p> <p>Fortalecer a agricultura Familiar; fortalecer circuitos locais e regionais e também as redes de comercialização; valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentivar hábitos alimentares saudáveis: e estimular a organização dos agricultores familiares em cooperativas e associações.</p>	<p>Secretaria Municipal de Ação Social</p> <p>Secretaria Municipal de Educação</p> <p>- EMATER</p> <p>- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente</p>	<p>Ministério de Desenvolvimento Social Agrário/ Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/ Prefeitura</p>	<p>Federal</p> <p>Municipal (logística)</p>	<p>Fornecedores:</p> <p>35, que são os agricultores familiares que vendem/ fornecem seus produtos ao Programa, individualmente ou por meio de suas organizações, como associações e</p>

				cooperativas; consumidores: 2.581, que são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e os que não são atendidos pela rede socioassistencial e pelos 18 equipamentos públicos Previsão: 35 agricultores familiares e 18 entidades
--	--	--	--	--

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Agricultura Familiar	Secretaria Municipal de Educação	EMATER/ Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente/ Secretaria Municipal de Educação	Federal FNDE	Atende a Merenda Escolar

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
- Fomento as atividades rurais: Diversificação das pequenas propriedades da hortifrutigranjeiros	EMATER Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	EMATER Secretaria da Agricultura Banco do Brasil COPAGRAN	Prefeitura Govern Estadual	

	EMATER Secretaria da Agricultura	Prefeitura Municipal Governo do Estado Banco do Brasil	PRONAF Recursos Próprios Dos psicultores	Desenvolvi- mento: Cultivo de peixes exóticos e nativos em tanques e redes escavados. Tanques escavados área de 150 héctares, 500 metros cúbicos. E 2.200 metros cúbicos em tanque de rede. Produtores: 44 produtores Comercialização: para pesque-e- pague e frigorífico da região.
- Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER As ações são concentradas em projetos prioritários para atender: - Aquicultura; - Olericultura/Cultivo de hortaliças; - Fruticultura; - Grãos.	EMATER Secretaria da Agricultura	Prefeitura Municipal Cooperativas Governo do Estado	Recurso Municipal Estadual Federal	

13.3. DIRETRIZ 3 - Instituição de processos permanentes de Educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
<p>Realização de eventos: Fóruns, Palestras, Cursos referente aos temas:</p> <p>1 - Segurança Alimentar e Nutricional no Município; 2 - Alimentação saudável.</p>	Secretaria Municipal de Ação Social/Secretaria Municipal de Educação e Cultura	<p>Governo Municipal</p> <p>Secretaria Municipal de Educação</p> <p>Sociedade Civil</p> <p>- EMATER</p>	Municipal	<p>Eventos para divulgação e participação ao tema de Segurança Alimentar e Nutricional no Município:</p> <p>- promoção de oficinas, capacitação para discussão da SAN e propostas de melhoria.</p>
Divulgar e conscientizar sobre a importância da alimentação adequada, práticas de atividades físicas e ainda realização de atividades de Educação Nutricional nas salas de aulas.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura			- Realização de Palestras pela Nutricionista e Orientações Nutricionais com relação a Alimentação Saudável.
Promover o trabalho de Educação Nutricional e atendimento para gestantes e pacientes de diversas patologias	Secretaria Municipal de Saúde		Municipal	- Realização de Palestras pela Nutricionista e Orientações Nutricionais com relação a Alimentação Saudável.

	Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Secretaria Municipal de Esportes e Lazer		UENP Prefeitura	Projeto de Avaliação Nutricional em crianças da rede escolar. Avaliação de criança com sobrepeso.
--	---	--	-----------------	--

13.4. DIRETRIZ 4 - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados de reforma agrária.

Não se aplica no Município.

13.5. DIRETRIZ 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional.

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Fornecimento de alimentação especial para alunos portadores de deficiências. Pessoas com necessidades alimentares especiais: pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Secretaria Municipal de Educação e Cultura Escolas CMEIS FNDE Prefeitura	Federal e Municipal	Fornecimento de Alimentação Especial nas Escolas e nos CMEIS para alunos portadores de diabetes e intolerância a lactose.
Atendimento nutricional ao grupo/de: gestantes, diabetes, obesidade, hipertensão arterial, desnutrição, colesterol, triglicérides.	Secretaria Municipal de Saúde		Federal	

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Apoio a pessoas com necessidades alimentares especiais: alergia, intolerância a lactose e atendimento aos diabéticos.	Secretaria Municipal de Saúde		Federal	Programa que atende pacientes com necessidades alimentares especiais por meio de equipe multidisciplinar com atendimento pelo pediatra e depois pela nutricionista e realização de cadastro na família.
Acompanhamento a saúde da gestante materno infantil e aleitamento materno	Secretaria Municipal de Saúde		Municipal e Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta e consultas e exames específicos e monitoramento das gestantes que realizam o pré-natal nas unidades básicas de saúde. - Orientação Nutricional específicos a gestantes e nutrizas e aleitamento materno.

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Trabalho de Educação Nutricional e Atendimento para gestantes e pacientes de diversas patologias	Secretaria Municipal de Saúde		Municipal	
Projeto de avaliação nutricional em crianças da rede escolar. Projeto desenvolvido em parceria com: autarquia de esportes de Andirá e Universidade de Jacarezinho. Avaliação de crianças com sobrepeso.	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer/Secretaria Municipal de Educação e Cultura	UENP/ Prefeitura Municipal		Avaliação do estado nutricional, desnutrido, eutrófico e sobrepeso e orientação nutricional que apresentaram anormalidade.

13.6. DIRETRIZ 6 – Acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente.

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	SAMAE	VISA E VISA REGIONAL FUNASA	MUNICIPAL	Acesso a água de qualidade para consumo e produção: O SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Andirá disponibiliza água com padrão de potabilidade exigida pelo Ministério da Saúde conforme portaria

				<p>2914/2011, o Sistema possui laboratório próprio onde efetua o controle de qualidade de água distribuída realizando as análises físico-química a cada hora e as análises de ausência e presença de coliformes em todo o sistema de abastecimento.</p> <p>Este Serviço Autárquico está efetuando a implantação de aproximadamente 37.000,00 metros de rede em PVC, substituindo cerca de 18.000.00 metros de rede em ferro fundido existente no Município trazendo assim melhor qualidade na água fornecida e distribuída pela SAMAE e</p>
--	--	--	--	---

				<p>extinguindo toda a rede de ferro no sistema de distribuição, vale a pena informar que em todo o projeto não haverá nenhuma ponta de rede, onde a água circulará pelo sistema.</p> <p>Pertinente informar que este Serviço Autárquico, envia mensalmente o relatório de qualidade de água a VISA - Vigilância Sanitária do Município que o mesmo é remetido a VISA Regional.</p> <p>Recentemente tivemos a visita da VISA Estadual, onde não foram contatadas nenhuma irregularidade grave que coloque em risco eminente a saúde da população humana.</p>
--	--	--	--	---

				<p>O SAMAE está na busca constante de qualidade e melhoria no sistema de abastecimento visando sempre o custo benefício para a população, será implantado um novo laboratório que será realizada análises mais complexas e havendo um controle de qualidade ainda melhor do que é realizado hoje.</p> <p>O SAMAE abastece 100% da população urbana do Município com água tratada e de qualidade.</p> <p>Programas Cisternas para Consumo Humano e Produção de Alimentos (MDS E MI)</p> <p>No Município de Andirá o SAMAE não</p>
--	--	--	--	---

				<p>participa de nenhum programa de Cisternas de Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos.</p> <p>Saneamento Básico em Comunidades Rurais – FUNASA/ INCRA</p> <p>O SAMAE não gerencia nenhum sistema de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, hoje o controle de qualidade de água fornecida nas comunidades rurais são realizadas pela vigilância sanitária municipal e regional. Está sendo elaborado estudos para que futuramente o SAMAE</p>
--	--	--	--	--

				assuma o sistema de abastecimento em comunidades rurais.
--	--	--	--	--

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Resíduos sólidos	SAMAE	Prefeitura Municipal de Andirá SAMAE		<p>As principais fontes de resíduos sólidos em Andirá são: domiciliar, comercial, público, industrial, entulhos, de serviços de saúde, estações de tratamento e afluentes;</p> <p>A SAMAE é responsável pela coleta e destinação de 18.000.00 Kilos de resíduos sólidos urbanos (LIXO) que são gerados na cidade, o que gera uma taxa de aproximadamente 0,850 Kilos/habitantes/dia.</p> <p>Os serviços de coleta de lixo:</p> <p>a) Coleta de lixo residencial e comercial: SAMAE</p> <p>b) Coleta de resíduo público: SAMAE</p> <p>c) Entulhos e construções: empresas particulares.</p> <p>d) Pequenos entulhos – Prefeitura</p> <p>e) Resíduos industriais: pequenas empresas com destinação específica</p> <p>f) Animais de pequenos portes – SAMAE</p> <p>g) Coleta de gados: Prefeitura.</p>

13.7. DIRETRIZ 07: Promoção da SAN – Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito internacional; Tema proposto no Decreto nº.7.272/2010.

Não se aplica.

13.8. DIRETRIZ 08: Monitoramento do Direito Humano a Alimentação Adequada.

PROGRAMA/AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSO	COMENTÁRIO
Controle de qualidade e fornecimento na entrega de alimentos PAA (Compra Direta e Agricultura Familiar); Controle de qualidade no processo de licitação e compra de alimentos	Agricultura/Departamento de Compras	EMATER/Governo Federal/Município	Municipal e Federal	
Adesão, implantação e consolidação à política de Segurança Alimentar e Nutricional	Secretaria de Ação Social/Secretaria de Agricultura/Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde	Município, Governo Federal, Sociedade Civil	Municipal e Federal	Implantação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional -Elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

- Realizar o Monitoramento, Relatório e Avaliação bianualmente dos planos e propostas Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e será apresentado ao CONSEA.

14 PROPOSTAS DA CONFERÊNCIA

Eixo 1: Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável para a conquista da soberania alimentar.			
PROPOSTA	APROVAÇÃO DA PROPOSTA		PRIORIDADE
	APROVADA	NÃO APROVADA	
Construção Cozinha Central	Sim		X
Aumento do recurso para a melhoria e manutenção de equipamento e adequação da estrutura física das escolas onde estão sendo preparadas as refeições	Sim		X
Campanhas para a eliminação dos agrotóxicos nos alimentos, em parceria com Conselho de Sanidade Agropecuária - CSA	Sim		
Implantação do SIM- Sistema de Inspeção Municipal para a inserção de produtos protéicos na alimentação das escolas e demais entidades(peixe,frango oriundos da Agricultura Familiar)	Sim		X
Incluir equipes multidisciplinares para a realização de campanhas de educação nutricional nas Unidades Básicas de Saúde com realização de educação nutricional nas entidades municipais	Sim		

Eixo 2: Dinâmicas em curso:Escolhas Estratégicas e alcance da Política Pública			
PROPOSTA	APROVAÇÃO DA PROPOSTA		PRIORIDADE
	APROVADA	NÃO APROVADA	
Garantia e disponibilidade de recurso anual para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA(Compra Direta)	Sim		X
Aperfeiçoamento dos profissionais.	Sim		X
Contratar profissionais para auxiliar a nutricionista.	Sim		X
Melhorar o planejamento dos produtos a serem cultivados.	Sim		X
Confecção de folhetos com receitas de pratos naturais	Sim		
Eixo 3: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN			
PROPOSTA	APROVAÇÃO DA PROPOSTA		PRIORIDADE
	APROVADA	NÃO APROVADA	
Desenvolver e aprimorar canais de comercialização, visando garantir a qualidade e a diversidade na produção rural, melhorando o acesso aos produtos da agricultura municipal e da logística de distribuição (Furgão para transporte).	Sim		
Ofertar cursos para capacitar o setor de produção e agricultura	Sim		

familiar.			
Promover a produção de alimentos orgânicos e conscientizar os agricultores sobre os malefícios dos agrotóxicos.	Sim		x
Promover melhoria no acondicionamento, na embalagem e empacotamento dos produtos colhidos na área rural e usar selo, etiquetas, embalagens plastificação	Sim		x
Interagir – CONSEA Municipal com as entidades afins do Município; CONSEA Regional e Estadual; SISAN.	Sim		
Desburocratizar e agilizar a liberação dos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, PNAE, Leite da Criança e outros, para que não haja atrasos.	Sim		x

15 PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE SAN PROPOSTAS DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ

PROPOSTA 01: CONSTRUÇÃO DA COZINHA CENTRAL

Objetivo 01:

A Construção da cozinha central no Município de Andirá, oferece inúmeras vantagens:

- Propiciar condições adequadas na elaboração dos alimentos e melhorar o gerenciamento organizacional centralizando a produção de alimentos em um único local, com o intuito de reduzir desperdícios e diminuir custos financeiros.

Objetivo 02:

Monitorar e garantir a qualidade higiênico sanitária em todas as etapas da produção de alimentos, como também melhoria na qualidade nutricional, disponibilizando-se de preparações saudáveis variadas, de acordo com os diferentes grupos de alimentos (frutas, verduras, legumes e carnes) e com baixa concentração de sódio, gorduras e açúcares.

Meta 01:

Buscar recursos financeiros necessários junto ao Governo Federal/Estadual para a construção Cozinha Central.

Meta 02:

- Atender as entidades e alunos da Rede Escolar:
 - a) Escolas Municipais;
 - b) Centro municipal de Educação Infantil – CMEIS;
 - c) Projeto Esperança;
 - d) Centro de Convivência de Idosos;
 - e) Casa da Criança.

Meta 03:

Fornecer Refeições Balanceadas com máximo controle de qualidade.

Meta 04:

Diminuir despesas e qualificar mão de obra.

Meta 05:

Diminuir o desperdício de alimentos no setor de produção.

PROPOSTA 02: Aumento de Recurso para melhoria e Manutenção de Equipamento e Adequação da Estrutura Física das entidades e das escolas onde são preparadas as refeições.

Objetivo 01:

Adequar e melhorar a infra-estrutura dos locais de recebimento, armazenamento, estoque, preparo de alimentos e refeitórios.

Objetivo 02:

Melhorar equipamentos.

Meta 01:

Trocar equipamentos danificados.

Meta 02:

Reforma das cozinhas nas entidades assistenciais, escolas e CMEIS.

PROPOSTA 03: Campanhas para redução de agrotóxicos nos alimentos, em parceria com conselho de sanidade Agropecuária – CSA.

Objetivo 01:

Realizar campanha para a redução da utilização de Agrotóxicos.

Objetivo 02:

Diminuir os agrotóxicos de pesticidas no meio ambiente e corpus de água.

Meta 01:

Conversão de agricultura convencional para agricultura orgânica.

Meta 02:

Cursos de aplicação correta de agrotóxicos.

Meta 03:

Manejo de pragas e doenças.

Meta 04:

Conservação de solo.

PROPOSTA 04: Implantação de SIM – Sistema de Inspeção Municipal, para inserção de produtos protéicos na alimentação das escolas e demais entidades (peixe, frango). Através dos Programas PA e Agricultura Familiar.

Objetivo 01:

Incluir alimentos protéicos para a diversificação na merenda escolar e demais entidades.

Meta 01:

Construção de um abatedouro, dentro das normas de certificação -SIM, SIF e DIP.

Meta 02:

Convênio de frigorífico de peixe da cidade de Cornélio Procópio - PR, para processamento de peixe para a merenda Escolar.

PROPOSTA 05: Incluir equipes multidisciplinares para realização de campanhas de Educação Nutricional nas Unidades básicas de Saúde com realização de Educação Nutricional e nas outras entidades.

Objetivo 01:

Incentivar através da alimentação escolar a realização de Alimentação Saudável devendo ser trabalhada pelos professores e nutricionistas juntamente com as equipes pedagógicas e alunos.

Incluir a Educação Alimentar e Nutricional como parte do currículo da escola para que se torne um instrumento multiplicador entre os alunos, enfocando sobre os benefícios da alimentação saudável como fonte de saúde e prevenção de doenças.

Objetivo 02:

Realizar campanhas para a divulgação de alimentação saudável visando a melhoria na saúde dos alunos e demais integrantes; atingindo a conscientização de todos alunos funcionários, professores e pais.

Objetivo 03:

Realizar Campanhas para Prevenção de doenças:

- a) Obesidade;
- b) Diabetes;
- c) Hipertensão Arterial;
- d) Colesterol.

Meta 01:

Organizar rede social para trabalhar questões relativas a Educação Alimentar e Nutricional, Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano a Alimentação adequada, discutindo trocando experiências e projetos locais bem sucedidos de Educação Nutricional.

Meta 02:

Divulgar programas e projetos de SAN e incentivar a participação, inclusão e responsabilização da população visando o comprometimento da sociedade para as questões da SAN E DO DHAA.

Meta 03:

Realizar campanha Educativa de conscientização em todas as entidades e população em geral, tendo como foco o uso adequado dos alimentos, reaproveitamento e o desperdício da mesma, já que ocorre grande desperdício de alimentos no Brasil, Mundo, Estado, Município, e Residências.

Meta 04:

Adotar estratégia para a implementação de alimentação saudável nas escolas para alunos, professores, funcionários priorizando o uso de verduras, legumes e frutas da época.

Meta 05:

Manter atualizado os dados antropométricos dos alunos da rede Municipal de Ensino.

Meta 06:

Implantar hortas comunitárias escolares, incentivando o consumo de alimentos saudáveis e servindo como oficinas no plano de Aula.

Meta 07:

Promover ações de Educação alimentar e Nutricional no ambiente escolar fortalecendo a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Meta 08:

Promover atividades de Educação Alimentar e Nutricional para escolares familiares e comunidade, incentivando o consumo de alimentos saudáveis e adequados e a redução do consumo de alimentos de produtos industrializados ou ultraprocessados.

Meta 09:

Implantar rede de assistência ao paciente com sobrepeso e obesidade.

Meta 10:

Elaborar, divulgar e distribuir material didático sobre alimentação saudável, utilizando a propaganda, mídia, imprensa falada ou escrita, por meio de campanhas específicas ou promoções comunitárias.

Meta 11:

Incluir na grade curricular anual o tema alimentação saudável, Educação Alimentar e Nutrição em todos os ciclos da vida: consumo responsável, produção de alimentos saudáveis.

Meta 12:

Promover a saúde para prevenção, controle e reversão da taxa de obesidade e sobrepeso no Município, implantando e fortalecendo estratégias de Educação Alimentar e formação de hábitos de vida saudáveis, na escola, na sua residência, na coletividade, visando total atenção nos portadores de excesso de peso e obesidade.

PROPOSTA 06: Garantia e disponibilidade de recurso anual para o Programa Aquisição de Alimentos - PAA (Compra Direta)**Objetivo 01:**

Atingir o fornecimento total de alimentos em quantidade e qualidade através do Projeto PAA (Programa aquisição de alimentos) atingir o fornecimento total de alimentos em quantidade e qualidade, conforme preconiza DHA (Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável) para os alunos da rede básica de ensino e entidades assistenciais, de forma a contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

Meta 01:

Viabilizar recursos em outras esferas governamentais para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e promover o aumento de recurso disponível para 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Meta 02:

Solicitar junto ao FNDE o aumento do valor per capita disponibilizado pelo governo Federal para o Programa Municipal de Alimentação Escolar (PNAE).

PROPOSTA 07: Aperfeiçoamento dos profissionais.**Objetivo 01:**

Ofertar cursos de capacitação para profissionais de todas as áreas e na sua modalidade atendida, referentes a segurança alimentar e nutricional.

Meta 01:

Realizar cursos de pós - graduação para os profissionais da área de nutrição.

Meta 02:

Ofertar cursos de capacitação para as merendeiras, sobre manipulação e preparo de alimentos.

Meta 03:

Qualificar as equipes de preparo da Alimentação Escolar em termos de boa prática de armazenamento, técnicas de preparo de alimentos, higiene, boas práticas na manipulação de alimentos e redução de desperdício.

Meta 04:

Elaborar e implantar programa para realizar campanhas voltados a prevenção de doenças crônicas: Diabetes, Obesidade, sobrepeso, hipertensão arterial, anemia, colesterol entre outras.

Meta 05:

Continuar desenvolvendo ações de orientação focando a redução do consumo de alimentos industrializados ou ultra-processados, com alto teor de sódio, açúcar, gordura saturada e gorduras trans.

Criar e desenvolver diferentes oficinas e aulas práticas para o incentivo ao consumo de verduras e legumes e frutas e assim promovendo a alimentação saudável nas escolas, controle de propagandas e aumento de práticas de exercícios físicos.

Proposta 08: Contratar profissionais para auxiliar a nutricionista.**Objetivo 01:**

Auxiliar na parte burocrática.

Meta 01:

Ampliar o atendimento aos programas de Educação Alimentar e nutricional nas unidades escolares.

Meta 02:

Qualificar cada vez mais, as equipes de trabalho nas unidades de ensino e possibilitar um monitoramento e assessoria em tempo ágil e frequência maior, nos locais de preparo de alimentos.

Proposta 09: Melhorar o planejamento dos produtos a serem cultivados.**Objetivo 01:**

Incentivar maior fornecimento e disponibilidade de produtos para a merenda escolar e entidades beneficiadas;

Promover o aumento na produção e melhoria de qualidade dos produtos alimentícios e assim melhor capacidade e disponibilidade para a comercialização de mercados, feiras e quitandas.

Meta 01:

Realizar cursos de orgânicos em outras regiões e trazer novas variedades e novas culturas.

Proposta 10: Desenvolver e aprimorar canais de comercialização, visando garantir a qualidade e diversidade na produção rural, melhorando o acesso aos produtos da agricultura municipal e logística de distribuição. (Furgão para Transporte).

Objetivo 01:

Com relação a logística de distribuição furgão, oferecer condições melhores para a distribuição de produtos dos programas Compra Direta e Agricultura Familiar.

Meta 01:

Furgão já adquirido.

Meta 02:

Elaborar o plano safra e promover a assistência técnica básica e continuada dando condições melhores para a produção rural e distribuição de alimentos.

Meta 03:

Incentivar cada vez mais a produção Familiar agroecológica e sustentável sem o uso de organismos geneticamente modificados ou uso de agrotóxicos, difundindo tecnologias através de assistência qualificada junto ao setor de agricultura em parceria com a EMATER valorizando a diversidade e os aspectos culturais de cada região.

Proposta 11: Ofertar cursos para capacitar o setor de produção e da Agricultura Familiar.

Meta 01:

Firmar convênio com Sindicato Patronal de Andirá, para oferta de cursos de aprimoramento, junto com os agricultores do Município.

Proposta 12: Promover a produção de alimentos orgânicos e conscientizar os agricultores sobre o malefício dos agrotóxicos.**Objetivo 01:**

Realizar trabalhos junto aos agricultores para a diminuição do uso de agrotóxicos e conversão para os alimentos orgânicos.

Proposta 13: Promover melhoria no acondicionamento, na embalagem e empacotamento dos produtos colhidos na área Rural e usar selo, e etiquetas, embalagens e plastificação.**Objetivo 01:**

Melhorar o acondicionamento dos produtos alimentícios, para ofertar produtos com padrão de controle de qualidade e higiene como pede a legislação.

Proposta 14: Desburocratizar e agilizar a liberação dos recursos para o Programa de Aquisição – PAA, PNAE, Leite das crianças para não haja atrasos.**Objetivo 01:**

Agilizar a liberação de recursos em tempos determinados, para que os agricultores tenham condições de fornecer os produtos da época, sem que haja a interrupção por falta de recursos.

GLOSSÁRIO

ATER - Assistência Técnica em Extensão Rural

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CAISAN - Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CCI - Centro de Convivência dos Idosos

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CONSEA MUNICIPAL - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EMATER - Empresa Brasileira de Extensão Rural

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento na Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MEC - Ministério da Educação

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEED - Secretaria de Estado da Educação

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

ANEXOS

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN

Foi criada através do Decreto nº. 6.847, de 01 de Dezembro de 2014, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I – Elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II – Coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e com os órgãos executores de ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional;

III – Apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – Monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V – Participar do Fórum Bipartite, bem como do Fórum Tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI – Solicitar informações de quaisquer órgãos da Administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições;

VII – Assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, pelos órgãos de governo que compõem a Câmara Intersetorial Municipal

de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, apresentando relatórios periódicos;

VIII – Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno em consonância com a Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006 e os Decretos nº. 6.272 e nº. 6.273, ambos de novembro de 2001 e o Decreto nº. 7.272, de 25 de agosto de 2010.

No Art. 2º deste Decreto, estabelece que a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Estabelece também que

§ 1º – O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá:

I – Conter análise da situação municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II – Ser quadrienal e ter vigência correspondente ao Plano Plurianual;

III – Dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº. 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – Explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V – Incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI – Definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação;

VII – Ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN, nas propostas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e no monitoramento da sua execução.

No art. 3º do mesmo Decreto, estabelece que a programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

No art. 4º do mesmo Decreto, regulamenta que a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, deverá ser composta pelos Secretários Municipais das:

- a) – Secretaria Municipal de Ação Social;
- b) – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- c) – Secretaria Municipal de Educação;
- d) – Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, será presidida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Ação Social, devendo ser eleito entre os demais membros, 01 (um) vice-presidente e 01 (um) secretário.

Desta feita, no dia dezesseis de abril de 2015 às quinze horas, a presidente da CAISAN - Ana Lúcia dos Santos Xavier, convocou uma reunião para Eleição do Vice-Presidente e Secretário da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Assim, ficou deliberado como Vice-presidente Renato Cezar Martins e Secretária Sirlei Maria de Freitas Aguiar. Na oportunidade, deliberou-se também que a Secretária Executiva da CAISAN, será Francieli Munhão Martins. Nesta mesma reunião, ficou estabelecido a criação de uma Comissão Técnica da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, no qual os Secretários Municipais ficaram responsáveis em indicar um representante de cada Secretaria, conforme art. 4º do Decreto nº. 6.847 de 01 de Dezembro de 2014.

Assim, na data de dezessete de dezembro de 2015 às 09 horas, a presidente da CAISAN - Ana Lúcia dos Santos Xavier, realizou uma reunião e informou que os Secretários Municipais fizeram indicação de seus representantes, no qual constituiu-se a Comissão Técnica da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN de Andirá/Paraná. Esta Comissão foi

formalizada através da Resolução nº. 01/2015 da CAISAN, sendo composta: Vânia Kono (Secretaria Municipal de Ação Social); Cleber Antonio Pavanelli (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente); Verônica Rodrigues Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde); Vânia Cristina Zenerato Martucci (Secretaria Municipal de Educação e Cultura). Entretanto, houve alteração do artigo 1º da Resolução nº. 01/2015 dos representantes da Comissão Técnica da Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN de Andirá/Paraná, sendo representada por: Vânia Kono (Secretaria Municipal de Ação Social); Manoel Antônio de Carvalho (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente); Daniel José Hoffmann (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente); Verônica Rodrigues Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde); Vânia Cristina Zenerato Martucci (Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL – CONSEA**

Às quatorze horas do dia oito de dezembro de dois mil e quatorze, se reuniram os membros indicados para comporem o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA de Andirá – PR, conforme o Decreto Municipal 6.846, de 01 de Dezembro de 2014. Assim, em consideração à Lei Municipal nº. 2.540, de 13 de Agosto de 2014 e o Decreto Municipal nº. 6.846, de 01 de Dezembro de 2014, segundo as orientações técnicas do Governo Federal e Governo Estadual, o CONSEA deve ser composto por 1/3 de membros representantes do Poder Público e 2/3 de membros representantes da Sociedade Civil e, nestes termos deu posse aos membros do CONSEA - Mandato 2014-2016, sendo:

I - Representantes do Poder Público:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL:

Titular: Glaucia Aparecida da Silva Prezoto

Suplente: Vânia Kono

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

Titular: Manoel Antonio de Carvalho

Suplente: Valdinéia Aparecida Bonacin

II - Representantes da Sociedade Civil:

**PROVOPAR – AÇÃO SOCIAL - PROGRAMA DO VOLUNTARIADO
PARANAENSE – UNIDADE DE ANDIRÁ – PARANÁ:**

Titular: Nathália Romano dos Santos

Suplente: Daniel Luiz dos Santos Martins

PASTORAL DA AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULA:

Titular: Mitico Watanabe

Suplente: Catarina Valentin

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

Titular: Cláudia Cristiani Barbosa Gross

Suplente: Renata Rivolli Pereira Dias

**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO RECANTO FELIZ -
ASPROFIZ:**

Titular: Aparecido Luciano Ribeiro

Suplente: José Roberto Bello

De acordo com a Lei Municipal 2.540 de 13 de Agosto de 2014 foram eleitos um (a) presidente e um (a) vice-presidente do CONSEA, tendo como Presidente, a representante do PROVOPAR, Nathália Romano dos Santos e como Vice-Presidente, o representante da ASPROFIZ, Aparecido Luciano Ribeiro.

DADOS : SISAN 2015

O Município possui LEI MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (ou Lei orgânica de SAN- LOSAN), com número da Lei municipal de SAN nº. 2.540, onde a data da Lei foi promulgada em 13 de agosto de 2014.

As ações de segurança alimentar e nutricional são coordenadas por vários órgãos municipal:

- gabinete do prefeito;
- secretaria de assistência social.

O Município possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, e a data da sua criação foi em 01 de dezembro de 2014

Áreas do governo que estão representadas na câmara intersetorial são:

- agricultura e ou agropecuária;
- saúde;
- Educação;
- assistência social.

A Caisan Municipal está vinculada administrativamente à secretaria de assistência social.

Tipos de ações desenvolvidas pela Caisan:

- Coordena a política de segurança alimentar e nutricional do Município;
- Elabora o plano municipal de SAN;
- acompanha e responde ao conselho Municipal de SAN.

O Município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, na qual a proporção entre número de membros da sociedade civil seria 2/3 e 1/3 representa membros do governo representantes no CONSEA:

Governamental:

- Assistência Social;
- Agricultura.

Sociedade Civil:

- Movimento Pastoral ou associação ou cooperativas de agricultores e familiares;
- Organizações não governamental (ONGs);
- Outros Conselhos Municipais.

CONFERÊNCIAS

A conferência municipal de SAN foi realizada em 2015, tendo um total de 103 (cento e três) pessoas.

Sendo os temas e debates realizados nas últimas conferências municipal de SAN:

- Ampliação do consumo de alimentos saudáveis (fruta, verduras, legumes, orgânicos agroecológicos da sociodiversidade no Município de Andirá;
- Ampliação da produção de alimentos saudáveis (frutas, verduras e legumes orgânicos);
- fortalecimento da agricultura Familiar no Município;
- quantificar políticas de SAN desenvolvidas no Município;
- uso de agrotóxicos e contaminação de alimentos, trabalhadores rurais, agricultores e recursos naturais;
- Implantação do SAN;
- Contratação de equipe multidisciplinar.

Andirá realiza I Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional

Publicado em 24 de julho de 2011 às 18:39 hs. | Geral



No último dia 07, em Andirá foi realizado o I Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Este evento teve por objetivos reunir gestores públicos e membros da sociedade civil para debater sobre Segurança Alimentar e Nutricional e também sugerir propostas de melhorias para os programas, ações existentes nessa área. O evento que ocorreu no auditório da Secretaria Municipal de Educação, no período das 13h30m às 18:00 horas, reuniu 110 (cento e dez) pessoas, que após abertura oficial assistiram várias palestras, a saber: “O que é Segurança Alimentar e Nutricional”, proferida pelo engenheiro agrônomo da EMATER, Fernando Teixeira. A nutricionista Magda Paviani, orientou os participantes sobre como evitar o desperdício dos alimentos, bem como a importância de ingerir alimentos saudáveis para evitar doenças. A assistente social da Secretaria Municipal de Ação Social, Glayse Pícolo Coimbra Botega, apresentou acerca dos movimentos, ações, conselhos, leis, etc., que existem desde o século passado em todo o Mundo, Brasil e Paraná, que discutem e tentam solucionar os problemas da insegurança alimentar e nutricional. Logo após, a pedagoga da Secretaria Municipal de Ação Social, Silvane Marcela Mazur, apresentou os

programas, projetos e benefícios relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, existentes no Município de Andirá, que são financiados tanto pelo Município, bem como pelo Governo do Paraná e Governo Federal. Apresentou programas, como por exemplo, Programa de Aquisição de Alimentos, o conhecido “Compra Direta”, em que o Município adquire alimentos produzidos no próprio Município e repassa para instituições da cidade, como escolas, CMEI’s, projetos sociais, entre outros. Assim, são beneficiados tanto os pequenos agricultores, pois fortalece a agricultura familiar, bem como as pessoas que freqüentam as instituições, pois a alimentação ofertada é de ótima qualidade. Outro exemplo que também está relacionado à Segurança Alimentar e Nutricional, é o Programa Leite de Soja, financiado com recursos municipais, pois este alimento é rico em proteínas, e as proteínas desempenham funções essenciais no organismo. Qualquer pessoa do Município interessada nesse benefício tem o direito de recebê-lo, para tanto, deve realizar o cadastro no CRAS.

Depois das apresentações, os participantes foram organizados em 02 (dois) grupos, sendo que cada grupo debateu e propôs ações de melhoria e/ou à implantação de novas ações para este campo da Segurança Alimentar e Nutricional. Essas propostas foram apresentadas para todos os participantes e aprovadas para serem sugeridas na Conferência Regional que acontecerá no Município de Cornélio Procopio. Também foram eleitos os representantes para participar desse Encontro Regional, sendo tanto do poder público, como da sociedade civil. Para encerrar o evento, a Secretária Municipal de Ação Social, Ana Lúcia dos Santos Xavier agradeceu a presença de todos e a colaboração de funcionários das Secretarias Municipais de Ação Social; Educação; Agricultura; da EMATER e do CRAS e outros que se empenharam para a realização desse evento.

Conceito: “Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social econômica e ambientalmente sustentáveis”.

Fonte: Silvane Mazur

Andirá é referência na aplicação de políticas de segurança alimentar, disse Secretária, Ana Lúcia dos Santos Xavier

Publicado em 14 de junho de 2015 às 18:00 hs. | Ação Social



A Prefeitura de Andirá, por meio da Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional realizou, na última quarta-feira, dia 10, nas instalações da Casa da Amizade, a 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Com o tema central “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, o evento foi aberto a toda a comunidade gratuitamente. O objetivo do debate, segundo informações da Secretária Municipal de Ação Social, Ana Lúcia dos Santos Xavier, foi proporcionar uma discussão mais profunda com relação a ampliação e o fortalecimento de compromissos políticos para a promoção de ações de garantia à alimentação saudável e adequada; além disso, assegurar a participação social e a gestão intersetorial no sistema, na política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. “O debate é extremamente importante, já que possibilita uma explanação mais aberta sobre as ações públicas que ocorrem hoje e as metas e desafios que precisamos alcançar e superar no Município, no Estado e no país”. A Conferência é um espaço de debate, avaliação e decisão acerca das ações e serviço existentes na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

O encontro, que reuniu representantes de diversas instituições sociais, clubes de serviços, agricultores, também marcou pela apresentação das

políticas de segurança alimentar aplicados, hoje, no Município. A apresentação ficou a cargo da Secretária, Ana Lúcia dos Santos Xavier, que fez uma explanação das atividades que vão, de doações gratuitas e diárias de leite de soja produzido na Vaca Mecânica do Município; a produção de pães, confeccionados na padaria comunitária da Prefeitura e o incentivo aos pequenos agricultores, por meio do Programa Compra Direta, que proporciona alimentos saudáveis, produzidos pelos próprios agricultores de Andirá e são direcionados às creches, escolas e instituições sociais.

Durante a conferência, os participantes tiveram a oportunidade de assistir uma palestra com a nutricionista Magda Paviani e a apresentação de um projeto desenvolvido pelos profissionais e pesquisadores da Universidade do Norte do Paraná – UENP, com os alunos de Andirá.

Fonte: Tiago Dedoné / Secretaria de Comunicação





Escola Municipal Michel Kairalla promove palestra expositiva sobre Alimentação Saudável

Alunos, professores e demais profissionais da Escola Municipal Michel Kairalla, na Vila Americana, participaram de uma aula diferente nesta quinta-feira (07). Com o tema “**Alimentação Saudável para ter Qualidade de Vida**”, a palestra expositiva orientou as crianças e adultos sobre como se alimentar saudavelmente, evitando alimentos e produtos que não podem ser fonte única de alimentação, especialmente para as crianças, que estão em fase de desenvolvimento. A aula coletiva foi realizada no pátio da escola e um cenário foi montado, com os tipos de alimentos saudáveis e não saudáveis foi instalado para que os alunos pudessem fazer comparações.

A palestra foi coordenada pela nutricionista do Município, Vânia Kono, que é a responsável pelo cardápio e balanço nutricional das refeições servidas na instituição. Ela explicou e mostrou os tipos de alimentos industrializados que fazem mal a saúde, além de destacar dados como, por exemplo, a quantidade de açúcar numa lata de refrigerante. Todas as explicações foram mediadas por metodologias lúdicas, que ajudaram na compreensão das informações. Em tom de brincadeira e muitas risadas, a palestrante brincou com os alunos, dinamizando a ampliação dialógica sobre o tema.

A palestra faz parte de um conjunto de ações pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da Cozinha, Limpeza e Administração da instituição, que com apoio da direção e professores, estão aplicando um projeto de Educomunicação, pautando-se na ampliação de ecossistemas comunicacionais que democratizem e dinamizem o fluxo dialógico na escola. O norte do projeto segue o tema alimentação saudável e higienização. Reuniões de planejamento, planos de aulas integrados sobre o tema e fotografias documentais estão sendo elaborados como trabalho de conclusão do curso de formação em Educomunicação que estão participando.

Tiago Dedoné
Assessor de Comunicação



REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.**

BRASIL, **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional** - Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Julho, 2004.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília, DF: CAISAN, 2011.

Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.** Curitiba, PR: CAISAN/PR, 2013.

WWW.aplicacoes.mds.gov.br/dagi/datasocial

WWW.aplicacoes.gov.br/saqi/Riv3>

WWW.mda.gov.br

WWW.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-agricultura-familiar

WWW.prefeituramunicipaldeandira@gov.br

*1º Fórum 07/07/2011

*Aplicações de Políticas de Segurança Alimentar 14/06/2015

*Palestra Expositiva sobre Alimentação Saudável 07/08/2016

Fonte: Tiago Dedoné / Secretaria de Comunicação